

Acção Socialista



N.º 1304 29 Abril 2008

Director Jorge Seguro Sanches Director-adjunto Silvino Gomes da Silva

www.accaosocialista.net ■ accaosocialista@ps.pt

ENTREVISTA A ALBERTO MARTINS PELOS LEITORES DO "ACÇÃO SOCIALISTA"

“A maioria do PS mostrou-se coesa, participativa e à altura das suas responsabilidades”



O PS foi, nesta legislatura, um partido que criou novos direitos, que ampliou as liberdades e reforçou as garantias dos cidadãos, afirma Alberto Martins, que faz um balanço muito positivo da actividade do Grupo Parlamentar do PS. Em entrevista conduzida pelos nossos leitores, refere que uma das mais relevantes alterações previstas no mais recente projecto-lei socialista sobre o divórcio assenta na eliminação do divórcio-sanção e reafirma a determinação do Governo e da maioria que o apoia em combater os

falsos recibos verdes e a precariedade laboral, no âmbito da revisão do Código do Trabalho.

Face à experiência “desagradável” decorrente do comportamento do PSD em relação à lei eleitoral autárquica, o líder da bancada socialista considera que “estão ameaçadas as condições de confiança indispensáveis” para entendimentos futuros com este partido em matérias que requeiram dois terços da Assembleia da República para serem aprovadas.

PÁGINAS CENTRAIS



35 anos do PS

17

Jantar de fundadores

34 anos de Democracia

3



Comemorações do 25 de Abril

24 anos de Europa

24

Aprovado o Tratado de Lisboa

32 anos de Constituição

22



Editorial por Vitalino Canas

O partido da Constituição

Nesta edição

Suplemento “Europa”



Hospital de Todos-os-Santos pronto em 2012

Com vista a modernizar as infra-estruturas de saúde pública e organizar melhor os cuidados médico-hospitalares, o Governo do PS lançou o concurso para a parceria público-privada de construção do Hospital de Todos-os-Santos em Lisboa, uma obra que implicará um investimento público na ordem dos 377 milhões de euros.



NA CERIMÓNIA de lançamento do concurso, realizada a 14 de Abril, o primeiro-ministro, José Sócrates, deixou claro que “o Estado vai partilhar os riscos com o privado na construção desta valência e poderá concessionar serviços de lavandaria e de alimentação, mas a gestão clínica será pública”, uma vez que – frisou – “os custos de uma gestão privada são tão grandes que põem em causa os eventuais ganhos de eficiência que essa gestão privada pudesse ter”.

Na ocasião, Sócrates manifestou também o desejo de que esta unidade venha a colocar-se “na fronteira tecnológica” e a “desenvolver o que há de melhor no mundo ao nível da investigação em ciências médicas”.

“A ideia de combinar educação, investigação e inovação é um desafio para a universidade”, acrescentou.

Para o chefe do Executivo socialista, a construção do hospital e o encerramento das cinco unidades antigas será também uma oportunidade para a Câmara Municipal de Lisboa requalificar a zona oriental e áreas do centro histórico.

Por sua vez, a ministra da Saúde, Ana Jorge, referiu que, com esta parceria público-privada, a tutela espera “alcançar diversos benefícios para o Estado e para os cidadãos”, designadamente “uma partilha adequada de riscos com o sector privado, um controlo efectivo dos custos com a obra, eficiência na gestão da manutenção da infra-estrutura ao longo de 30 anos de concessão e o controlo dos custos dos serviços complementares de apoio (alimentação, gestão de resíduos, lavandaria, etc.) ao longo de dez anos”.

Assim, o sector privado ficará responsável pela construção e área dos serviços gerais e equipamentos do hospital, com excepção da alta tecnologia da área médica.

O Hospital de Todos-os-Santos terá, como foi salientado por José Sócrates, uma vocação para o ensino e investigação, no âmbito da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa.

Refira-se que a futura unidade

hospitalar substituirá as cinco já existentes que actualmente formam o Centro Hospitalar de Lisboa Central, a saber: os hospitais de São José, Desterro, Capuchos, Santa Marta e Estefânia.

O Executivo prevê que o novo equipamento, que deverá estar pronto e a funcionar no prazo de quatro anos (2012), ocupando uma área útil de 75.351 metros quadrados, se constitua como um hospital de fim de linha, com ensino pré e pós graduado e investigação clínica de ponta, servindo além disso uma população de 300 mil pessoas e dispondo de 789 camas, 22 salas de bloco operatório, oito salas de parto e 86 gabinetes.

Um equipamento de referência

O Hospital de Todos-os-Santos terá uma área de influência directa, uma área de influência de segunda linha e uma outra de terceira linha.

Na área de influência directa, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), abrangerá 281 mil habitantes, sendo 185 mil correspondentes a freguesias de Lisboa (Alto do Pina, Anjos, Beato, Castelo, Graça, Madalena, Marvila, Pena, Penha de França, Santa Engrácia, Santa Justa, Santa Maria dos Olivais, Santiago, Santo Estêvão, São Cristóvão e São Lourenço, São João, São Miguel, São Vicente de Fora, Sé, Socorro) e 96 mil correspondentes a freguesias de Loures (Bobadela, Moscavide, Portela, Prior Velho, Sacavém, Santa Iria da Azóia, São João da Talha).

Na área de influência de segunda

linha, será hospital de referência para as necessidades não cobertas pelos hospitais de Vila Franca de Xira, Santarém e Médio Tejo, servindo assim de apoio em especialidades mais diferenciadas para a população residente no distrito de Santarém (excluindo o concelho de Benavente) e para a população residente na área de influência no Novo Hospital de Vila Franca de Xira (concelhos de Alenquer, Arruda dos Vinhos, Azambuja,

Benavente e Vila Franca de Xira), a qual corresponde, de acordo com os dados do INE, a um total de cerca de 670 mil habitantes.

Já na área de influência de terceira linha, o Hospital de Todos-os-Santos dará resposta aos queimados com mais de 30% da superfície corporal afectada, à totalidade das necessidades de transplantes hepáticos, de coração, do pâncreas, do pulmão e dos rins, e à totalidade das

necessidades de cardiologia pediátrica médico-cirúrgica dos distritos das regiões de Lisboa e Vale do Tejo, do Alentejo e do Algarve.

O futuro hospital deverá dar ainda resposta a cerca de 50% das necessidades das necessidades de cardiologia pediátrica médico-cirúrgica dos distritos da região Centro e às necessidades relativas a grandes traumatizados dos distritos das regiões do Alentejo e do Algarve. **M.R.**

PRINCÍPIOS ORIENTADORES

- Organização da prática clínica por processos
- Centralização e partilha de recursos
- Elevado nível de externalização dos serviços não clínicos
- Impacto ambiental do hospital mínimo, durante o seu ciclo de vida
- Partilha de recursos com ensino universitário pré e pós-graduado e de investigação
- Elevado grau de flexibilidade na utilização dos espaços e adaptabilidade futura
- Processos informatizados, “sem papel” e suportados em modernos sistemas de comunicação
- Diferenciação entre os percursos de utentes internados, utentes ambulatoriais e visitantes, pessoal e apoio logístico, bem como a separação entre limpos e sujos,
- Elevados níveis de habitabilidade e conforto para todos os utilizadores do hospital
- Diferenciação do atendimento pediátrico face ao restante atendimento do hospital
- Integração na rede de cuidados de saúde primários e continuados.

ESPECIALIDADES

MÉDICAS

Cardiologia, cardiologia pediátrica, doenças infecciosas, endocrinologia e nutrição, gastroenterologia, genética médica, hematologia clínica, imonoalergologia, medicina interna, nefrologia, neurologia, oncologia médica, pediatria, pneumologia, psiquiatria, psiquiatria da infância e da adolescência, reumatologia.

CIRÚRGICAS

Angiologia e cirurgia vascular, cirurgia cardiotorácica, cirurgia geral, cirurgia maxilo-facial/estomatologia, cirurgia pediátrica, cirurgia plástica reconstrutiva e estética, dermatovenereologia, ginecologia/obstetrícia, medicina dentária, neurocirurgia, oftalmologia, ortopedia, otorrinolaringologia, urologia.

DIAGNÓSTICO E TERAPÊUTICA

Anatomia patológica, anestesiologia, farmacologia clínica, imuno-hemoterapia, medicina física e de reabilitação, medicina nuclear, neuroradiologia, patologia clínica, radiodiagnóstico, radioterapia.

25 de Abril o dia da paz, das utopias e dos sonhos ainda por concretizar

Na sessão solene parlamentar comemorativa do 34º aniversário do 25 de Abril, o deputado Osvaldo Castro, em nome da bancada do PS, evocou a data como a madrugada da liberdade, da tolerância, da igualdade e da fraternidade.

Saudando os capitães de Abril, que “reiteradamente, ano após ano, honraram o Parlamento com a sua significativa presença”, Osvaldo Castro afirmou que o 25 de Abril é o dia da democracia, da descolonização e do desenvolvimento, mas também da “paz, das utopias e dos sonhos ainda por concretizar”.

FOI a madrugada “em que os corações dos portugueses se alvoroçaram”, disse, acrescentando “o dia inicial inteiro e limpo/ Onde emergimos da noite e do silêncio”, recordando o poema de Sofia de Mello Breyner.

Durante 48 anos, lembrou o deputado socialista, vivemos “num enclausurado silêncio” que se entrecortava com uma guerra colonial que “devastava pela morte, pela mutilação e pela doença” largos milhares de jovens portugueses, “mas também muitos milhares de jovens guerrilheiros e simples cidadãos africanos”.

Portugal sangrava em África os seus recursos humanos e financeiros, “vivíamos num país esmagado pela fome e pela mais pesada miséria”.

A liberdade de opinião, de imprensa, de reunião ou qualquer manifestação ou greve, sublinhou, eram realidades proibidas e rapidamente reprimidas pelo poder indiscriminado da polícia política. Centenas dos nossos melhores intelectuais e homens de cultura, recordou ainda Osvaldo Castro, foram forçados ao “penoso exílio” e afastados “compulsivamente” das suas cátedras universitárias e carreiras académicas, assim como milhares de jovens optaram por desertar ou mesmo não aceitar serem incorporados com destino à guerra colonial.

Mas houve quem resistisse, “quem se tenha empenhado na luta contra a opressão”, e que, por isso, “penou nas prisões políticas” ou até, nalguns casos, tivesse “sucumbido às balas ou aos maus tratos dos esbirros do fascismo”.

Mas a democracia que hoje celebramos, disse ainda Osvaldo Castro, só é “verdadeiramente democrática onde todos os deputados são respeitados como legítimos representantes dos que os elegeram e os direitos das oposições são estimados”, disse, referindo-se indirectamente à recente polémica levantada pelo líder do Governo madeirense quando acusou de “bando de loucos” os deputados da oposição daquela região Autónoma.

Passados 34 anos, frisou o deputado do PS, podemos dizer que Portugal é um país que dispõe de

uma Constituição democrática, onde estão “lapidarmente inscritos os princípios basilares da democracia”, onde se garantem os direitos fundamentais, em que está assegurado o primado do Estado de Direito democrático, consagrados o direito à opinião e expressão livres, “mesmo quando avessas à democracia” e onde se encontram “plasmados os direitos e garantias que enformam o nosso regime democrático representativo e pluralista”.

Nesta democracia “paulatinamente consolidada”, observou Osvaldo Castro, há também que salientar o papel crescente da sedimentação e ampliação da autonomia e dos poderes e atribuições das instituições representativas do poder local e regional, “consagrados constitucionalmente” num catálogo que se estende aos direitos fundamentais dos trabalhadores, ao salário mínimo, ao direito à greve, à liberdade sindical, ao direito pleno à segurança social, ao subsídio de desemprego, às prestações sociais, às pensões de reforma, ao rendimento social de inserção, mas também à protecção na doença.

Pilares, sublinhou, “de um verdadeiro Estado Social que faz transparecer a valorização dos direitos sociais e a preocupação com a coesão social”.

Tudo isto, sublinhou ainda depu-



tado socialista, que “são diferenças por de mais relevantes”, no plano político e social, “em confronto com os tempos da ditadura”, deve-se em primeira instância “ao 25 de Abril e aos 34 anos que já lhe sucederam”.

Sócrates reafirma necessidade de chamar jovens à democracia

Também o primeiro-ministro, em declarações no final da sessão solene aos jornalistas, disse concordar na necessidade de aproximar

mais os jovens da política e do conhecimento da História, rejeitando, todavia, “as visões pessimistas que em nada ajudam”.

Eu posso concordar, disse José Sócrates, com o Presidente da República (PR), que, recorde-se, centrou a sua intervenção num estudo onde se verifica o afastamento dos jovens relativamente à política, algo que o primeiro-ministro considerou como “natural” uma vez que, frisou, “os jovens têm muitas outras preocupações”.

Para o primeiro-ministro, mais

importante ainda é apelar a todos os jovens para que tenham “um maior optimismo e entusiasmo em relação ao futuro do país”, porque esta geração mais nova é aquela “que pode contar com mais oportunidades de educação e de vivência internacional”.

Em relação às palavras do Presidente da República, também o primeiro-ministro disse que é tempo de se “acabarem as previsões pessimistas que em nada ajudam”, não deixando de concordar com as posições defendidas por alguns analistas que têm vindo a alertar para as dificuldades que aí vêm, frisando, contudo, que elas ocorrerão sobretudo devido “à conjuntura internacional”.

A democracia precisa de novas ideias

Antes da intervenção do deputado socialista, tinha usado da palavra o presidente da Assembleia da República, Jaime Gama, que defendeu a “absoluta necessidade” da criação de ideias políticas para a democracia, justificando que esta responsabilidade “recai sobre os partidos políticos e sobre os responsáveis públicos”.

Para Gama, é igualmente “indispensável” um enquadramento institucional da língua portuguesa, com “uma atribuição de recursos à altura da responsabilidade da tarefa”, porque em sua opinião, como frisou, “não há democracia sem ideias políticas”.

O regime democrático é, para o presidente do Parlamento, um debate que “assenta na vertiginosa criação de ideias”. Prosseguir o espírito de 25 de Abril é, para Jaime Gama, “ser-lhe fiel e manter vivo em cada um de nós o valor das ideias”.

Na opinião da segunda figura da hierarquia do Estado, os tempos difíceis exigem, a par da qualificação, transparência e seriedade da Administração e dos titulares dos órgãos de soberania “como factores essenciais”, sentido de “missão dos responsáveis públicos em geral” para enfrentar “sem tréguas” áreas de tão elevada complexidade como o combate à criminalidade económica e financeira e à corrupção. R.S.A.

PS QUER CELEBRAÇÃO SOLENE DO 25 DE ABRIL NO PARLAMENTO MADEIRENSE

A DEMOCRACIA só terá qualidade na Madeira quando o 25 de Abril for celebrado solenemente na Assembleia Legislativa Regional. Esta a principal mensagem deixada pelo dirigente do secretariado nacional do PS e ministro dos Assuntos Parlamentares, Augusto Santos Silva, no Funchal, durante o jantar/comício socialista comemorativo dos 34 anos da Revolução dos Cravos.

Na ocasião, Santos Silva recordou que as assembleias “representam a diversidade, a pluralidade das opiniões dos partidos e das forças políticas que constituem a sociedade”.

Mas, “uns não gostam do 25 de Abril, outros acham um embaraço e uma perda de tempo prestarem contas no parlamento, outros permitem insultar deputados eleitos”, criticou, vincando novamente a ideia de que o 25 de Abril de 1974 “deve também ser celebrado em sessão solene nas instituições políticas que repre-

sentam os cidadãos, na Assembleia da República e nas assembleias legislativas regionais”.

Augusto Santos Silva disse ainda que “a democracia não precisa de insultos, do desprezo pelos parlamentos e pelos deputados, a democracia precisa, isso sim, do respeito recíproco entre os vários partidos e as várias instituições”.

“Queremos liberdade em todo o país, que ninguém tenha medo, também na Madeira, por votar desta maneira ou daquela, queremos que ninguém sinta medo, que ninguém se sinta ameaçado só por participar nas comemorações do 25 de Abril, queremos que as pessoas possam escolher livremente os seus empregos, os seus amigos, as suas opções políticas e as suas preferências partidárias”, concluiu, endereçando ainda o apoio do PS nacional à luta dos socialistas madeirenses.

OPINIÃO

DAVID MARTINS
Deputado do PS

A política do turismo é uma área estratégica para o actual Governo. Ao longo dos últimos três anos, temos assistido a uma maior organização do sector e a uma maior aposta na qualificação da oferta, da procura e dos recursos humanos

REGIÕES DE TURISMO: REFORMA CONCRETIZADA

APÓS um longo período de debate entre o Governo e os vários protagonistas do turismo e das autarquias, foi publicado no passado dia 10 de Abril de 2008 o decreto-lei n.º 67/2008 que estabelece o regime jurídico das áreas regionais de turismo em Portugal continental, a sua delimitação e características, bem como o regime jurídico da criação, organização e funcionamento das respectivas entidades regionais de turismo.

A nova Lei das Áreas Regionais de Turismo vem dar cumprimento a um compromisso de corrigir a inadequação das extintas Regiões de Turismo e demonstrar, inequivocamente, que o Governo do Partido Socialista aposta numa indústria do turismo mais moderna e mais apta para responder aos desafios futuros.

Diagnosticados que estavam os problemas, e para a qual todos os intervenientes do sector, públicos e privados, reconheciam ser necessárias mudanças, urgia tomar uma decisão. Os problemas eram sobretudo três.

Em primeiro lugar, a falta de massa crítica das regiões de turismo para responder convenientemente às suas competências e para articular uma estratégia concertada com a política turística nacional. Em Portugal existiam 19 regiões de turismo e oito juntas de turismo, num total de 27 organismos totalmente dependentes do Orçamento de Estado. Existia ainda um conjunto significativo de zonas de turismo administradas directamente por autarquias não integradas em nenhuma região de turismo. Esses órgãos regionais e locais de turismo tinham dimensão e recursos muito díspares, fazendo com que os recursos financeiros disponíveis fossem, na generalidade, utilizados para pagar os recursos humanos. Para o planeamento, promoção, animação e informação restavam escassas verbas que não eram suficientes para dar uma resposta efectiva às necessidades das regiões.

Em segundo lugar, a falta de continuidade territorial. Apesar do número significativo de regiões de turismo e juntas de turismo existentes, 27 como referido, vários concelhos não faziam parte de nenhum órgão. São exemplos específicos dessa situação, os concelhos de Lisboa, Porto, Odemira, Fundão, Vila Nova de Gaia, só para citar alguns.

Em terceiro lugar, a reduzida cooperação entre o sector privado e as regiões de turismo. Sabe-se que, para aumentar o sucesso das iniciativas e reforçar a visibilidade das regiões, é essencial que a sector privado participe activamente nas soluções.

O diploma agora publicado em "Diário da República" prevê a criação de cinco Áreas Regionais de Turismo, correspondentes geograficamente às Nomenclaturas de Unidades Territoriais II (Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve).

Em cada uma das Áreas Regionais de Turismo será instituída uma Entidade Regional de Turismo, que, enquanto pessoa colectiva de direito público, terá como principal missão "a valorização turística das respectivas áreas, visando o aproveitamento sustentado dos recursos turísticos".

Ainda no âmbito das Áreas Regionais de Turismo, e para promover o desenvolvimento integrado do turismo a nível nacional, serão criados seis pólos de desenvolvimento turístico, designadamente Douro, Serra da Estrela, Fátima, Oeste, Litoral-Alentejano e Alqueva. Para cada um dos Pólos será também instituída uma Entidade Regional de Turismo. "Recomenda" toda a elementar regra de boa gestão e do bom senso que entidades regionais de turismo dos Pólos e entidades regionais de turismo das Áreas funcionem de forma articulada, concertada e complementar. Será esse o grande desafio de cada uma das comissões instaladoras.

Para instalação das novas Entidades Regionais de Turismo, serão criadas comissões instaladoras que, no prazo de 180 dias, deverão preparar os novos estatutos e organizar todo o processo até à tomada de posse da nova direcção.

A política do turismo é uma área estratégica para o actual Governo. Ao longo dos últimos três anos, temos assistido a uma maior organização do sector e a uma maior aposta na qualificação da oferta, da procura e dos recursos humanos. Fruto desse esforço, e da conjuntura internacional favorável, temos registado os melhores resultados alguma vez alcançados.

Em 2007, e de acordo com dados do INE e do Banco de Portugal, os resultados apurados registam 12,3 milhões de turistas estrangeiros, 39,3 milhões de dormidas e receitas totais no valor de 7400 milhões de euros. Comparativamente a 2006, houve um acréscimo de 9,2% no número de turistas estrangeiros, 5,3% no número de dormidas e 11% nas receitas turísticas.

Outro indicador que a todos deve regozijar é o facto de, no âmbito do Relatório de Competitividade do Sector do Turismo e Viagens de 2008, do Fórum Económico Mundial, Portugal ter subido no ranking de 22.º para o 15.º, de entre 130 países analisados.

Termino com uma palavra de reconhecimento aos empresários e a todos os agentes envolvidos pelo esforço empregue em nome da qualificação do turismo em Portugal. É incontestável que ninguém deseja facilismos e exige que o Governo concretize as reformas necessárias.

Assim faz o Governo, reforma.

Eurostat confirma consolidação de contas públicas portuguesas

AS CONTAS públicas portuguesas estão de facto consolidadas e em ordem. O Gabinete de Estatísticas da União Europeia – Eurostat –, a organização da Comissão Europeia que produz dados estatísticos para a União e promove a harmonização dos métodos estatísticos entre os Estados-membros, confirma, no seu relatório divulgado a 18 de Abril passado, que o défice português relativo a 2007 é de 2,6 % do Produto Interno Bruto (PIB), o valor mais baixo das últimas três décadas.

Recorde-se que o Governo de coligação PSD/CDS-PP andou dois anos consecutivos a disfarçar o défice público com a utilização de receitas extraordinárias.

Assim, em 2003 e 2004 o défice fixou-se em 5,3% do PIB.

Já em 2005, o Relatório "Constância" previa um défice de 6,8%.

Com a tomada de posse do Executivo chefiado por José Sócrates, o PS apresentou um plano de recupera-



ção económica que apontava para objectivos do défice de 6,2% para 2005, 4,6% para 2006 e 3,7% para 2007.

Todavia e mediante uma boa execução, o Governo socialista conseguiu suplantar o objectivo de 2005 e de 2006, pois o défice acabou por se fixar em 6,1% e 3,9%, respectivamente.

Os resultados foram de tal maneira satisfatórios que o Executivo liderado por José Sócrates esteve

em condições de rever em baixa o valor do défice para 2007 de 3,7% para 3,3% e, na proposta do Orçamento de Estado de 2008, para 3,0%. Mas, mesmos assim, o desempenho da nossa economia aliado ao rigor das contas públicas surpreenderam pela positiva.

Entretanto, o Instituto Nacional de Estatísticas (INE) estima que este ano o défice público português seja de 2,4% do PIB. **M.R.**

Convergência económica já em 2008

AS MAIS recentes previsões da Comissão Europeia apontam para que Portugal retome a convergência com a União Europeia já este ano. A notícia foi recebida com satisfação pelo primeiro-ministro José Sócrates, que a classificou como "boa" e "muito importante"

para os portugueses.

A reacção de José Sócrates, teve lugar no dia 28 de Abril, após a sessão de apresentação do novo Nó de Alcântara em Lisboa, ocasião em que apontou que com esta previsão "a Comissão Europeia confirma que a economia portuguesa está hoje em muito melho-

res condições do que há três anos atrás".

Refira-se que, de acordo com a Comissão, o crescimento económico português vai convergir em 2008 com o da Zona Euro (crescimento de 1,7 por cento), pela primeira vez em sete anos.

Desemprego desce

A COMISSÃO Europeia reviu em baixa as previsões para a taxa de desemprego em Portugal em 2008 e 2009, estimando-a agora nos 7,9%, isto, apesar de também prever uma desaceleração do crescimento da economia portuguesa, sobretudo, como refere, em consequência da crise internacional que se verifica.

As previsões da Primavera da Comissão Europeia, publicadas em Bruxelas, referem que esta descida na taxa de desemprego, válida

tanto para o corrente ano como para 2009, contrariam as anteriores previsões de Outubro, que estimavam a manutenção da taxa do desemprego nos 8%.

A CE observa que, após uma tendência de subida nos anos mais recentes, a taxa de desemprego tem vindo a cair moderadamente desde meados de 2007, realidade que deverá continuar a manter-se uniforme, relativamente ao corrente ano como para 2009.

Ainda assim, estas esti-

mativas da CE ficam ainda abaixo das previsões divulgadas em meados de Abril passado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), que apontavam para uma taxa de desemprego em Portugal na ordem dos 7,6% em 2008 e 7,4% no próximo ano.

Bruxelas prevê que a taxa de desemprego na União Europeia a 27 se situe, em 2008 e 2009, nos 6,8% sendo que na Zona Euro a taxa deverá fixar-se em 2008 nos 7,2% e em 7,3% em 2009. **R.S.A.**

Combater a precariedade é o grande objectivo da revisão do Código do Trabalho

J. C. CASTELO BRANCO

PARA combater a precariedade laboral, o Governo quer reduzir a taxa social única das empresas com os trabalhadores efectivos e agravar os encargos com os contratados a termo, bem como criar uma contribuição a pagar pelas empresas que optem pela contratação de prestadores de serviços, os chamados recibos verdes.

Estas são algumas das propostas apresentadas pelo primeiro-ministro e ministro do Trabalho e da Solidariedade Social aos parceiros sociais, no âmbito da revisão do Código do Trabalho, que tem como objectivo “promover um novo compromisso social, mais equitativo e mais favorável à competitividade das empresas, sobre a regulação dos sistemas de relações laborais de protecção social e de emprego”.

A proposta de revisão do Código do Trabalho, que segue no essencial as recomendações feitas pela Comissão do Livro Branco das Relações Laborais, prevê assim a diminuição em um ponto percentual da taxa social única que as empresas pagam por cada trabalhador com contratos sem termo. E, por outro lado, propõe o aumento em três pontos percentuais das contribuições trabalhadores com contratos a termo.

Actualmente, recorde-se, as empresas pagam de taxa social única 23,75 por cento sobre o vencimento bruto de cada trabalhador.

Por outro lado, o Governo quer também a redução do período máximo de celebração dos contratos a ter-



mo de seis para três anos.

Outra das propostas consiste na criação de um contrato de trabalho sem termo mas intermitente, que implica a prestação do trabalho apenas durante uma parte do ano, mas mantém o vínculo laboral de contrato sem termo durante o resto do ano.

Além do combate à precariedade laboral, constitui também eixo principal da reforma das relações laborais a pela promoção da natalidade, através da substituição da licença de maternidade, paternidade e adopção por uma licença de parentalidade, que se desdobra em vários apoios, como, por exemplo, o aumento de cinco para dez dias da licença “a gozar obrigatoriamente pelo pai por altura do nascimento do filho”.

Uma das áreas em que o Governo aposta para aumentar a adaptabilidade das empresas é a da organização do tempo de trabalho. Assim, entre outras propostas neste domínio, está prevista a possibilidade de fixação do chamado “banco de horas” ou seja, um número anual de horas de trabalho a aplicar em

conjunto com os limites de variação diária e semanal do tempo de trabalho e da garantia de repouso com eles compatíveis.

Por outro lado, o Governo pretende manter as normas em vigor quanto à justa causa de despedimento, mas preconiza uma simplificação dos modelos processuais do despedimento individual, de forma a evitar o arrastamento dos processos.

Mantém-se também o actual número de 22 dias úteis de férias, que podem chegar a 25 em função da assiduidade.

Interditar os estágios profissionais extracurriculares não remunerados é outra das propostas avançadas pelo Governo.

Ainda no âmbito da revisão do Código do Trabalho, o Executivo quer promover a regulação contratual colectiva, através de uma alteração do regime da caducidade e da sobrevivência das convenções colectivas de trabalho: ou seja, mantendo-o como um regime predominantemente supletivo, simplificando-o, limitando a sobrevivência a 18 meses e a caducidade a dez anos.

OPINIÃO



STRECHT RIBEIRO
Vice-presidente do GP/PS

Constatada a elevada precariedade no emprego, é inadiável combater a precariedade, promovendo a qualidade do emprego, criando uma nova presunção de contrato de trabalho mais eficaz no combate aos falsos recibos verdes

A REFORMA DA LEGISLAÇÃO LABORAL – UMA REFORMA COM OBJECTIVOS DE ESQUERDA

1 – TENDO em conta a reduzida adaptabilidade nas empresas é necessário aumentar a das empresas e trabalhadores, regulando por lei apenas os aspectos essenciais e remetendo os restantes para a negociação entre sindicatos e empregadores; promovendo ao máximo a negociação de base empresarial; inovando na gestão do tempo de trabalho, com a criação de “banco de horas” (possibilidade de as empresas estabelecerem horário anual), a compensação em tempo do trabalho suplementar e do absentismo e a regulação da adaptabilidade grupal do tempo de trabalho; mantendo a adaptabilidade individual criada em 2003 e reforçando o direito à formação profissional contínua e adaptando os mecanismos para a sua efectivação; uniformizando os direitos de formação dos contratados a termo e sem termo.

2 – Confrontados com a debilidade e obsolescência da contratação colectiva de trabalho é preciso promover a regulação contratual colectiva, acolhendo a proposta do Livro Branco para o art.º 4º (relação entre a lei, contrato colectivo e contrato individual de trabalho); incentivando a negociação na concertação social de um acordo sobre os critérios de maior representatividade patronal e sindical; simplificando o regime da caducidade e da sobrevivência das convenções colectivas de trabalho, mantendo-o como um regime predominantemente supletivo, limitando a sobrevivência a 18 meses e a dez anos a validade das cláusulas de renovação automática e reforçando a arbitragem para impedir os vazios contratuais.

3 – Face à elevada rigidez do enquadramento legal, torna-se imperioso racionalizar e reforçar a segurança das partes nos processos de despedimento, mantendo a legislação em matéria de “justas causas” de despedimento revendo o despedimento por inadaptação; obrigando à apreciação judicial da justa causa de despedimento; responsabilizando o Estado por eventuais salários devidos por atraso da decisão judicial e substituindo o direito à reintegração por indemnização quando se prove justa causa e os vícios sejam puramente formais.

4 – Dada a escassa efectividade das normas é preciso reforçar a exequibilidade da legislação laboral, melhorando os mecanismos de participação ao Ministério Público dos factos que constituam ou possam constituir crime pela ACT; criando um registo público de infracções disciplinares muito graves; obrigando à publicitação no local de trabalho das convenções; estabelecendo mecanismos dissuasores do incumprimento de pagamento tempestivo das coimas aplicáveis a infracções laborais, através de instrumentos que permitam uma maior efectividade no sistema de contra-ordenações e reforçando o quadro de sanções acessórias em caso de reincidência em contra-ordenação mais grave.

5 – Constatada a elevada precariedade no emprego, é inadiável combater a precariedade, promovendo a qualidade do emprego, criando uma nova presunção de contrato de trabalho mais eficaz no combate aos falsos recibos verdes; reduzindo de seis para três anos a duração máxima do contrato a termo; instituindo o contrato de trabalho sem termo para trabalho intermitente e proibindo os estágios profissionais extracurriculares não remunerados e regulando os estágios obrigatórios para acesso a profissões para evitar o trabalho dissimulado.

Neste domínio é ainda necessário adaptar a protecção social ao combate à precariedade, nomeadamente, reduzindo 1 p.p. a taxa contributiva dos contratados sem termo e aumentar 3 p.p. a dos contratados a termo; aumentando 5 p.p. a taxa “patronal” sobre os “recibos verdes” e reduzindo 7,4 p.p. a taxa a pagar por estes; aproximando a base contributiva dos “recibos verdes” do valor real; tornando aplicável aos “recibos verdes” a protecção social: na doença; na maternidade, paternidade e adopção; na doença profissional e invalidez; na velhice e morte e adaptando políticas activas, designadamente: isentando (até três anos) das contribuições do empregador que contratem sem termo jovens até 30 anos com secundário completo ou em formação; a título excepcional e temporário, isentando (até três anos) das contribuições do empregador a conversão de “recibos verdes” e de contratos a termo em contratos sem termo para jovens até 30 anos; a título excepcional e temporário, reduzindo (até 3 anos) das contribuições do empregador a conversão de “recibos verdes” para trabalhadores acima dos 30 anos; isentando (até três anos) as contribuições do empregador para a segurança social na contratação sem termo de Desempregados de Longa Duração e reduzindo o prazo da consideração como DLD para nove meses; a título excepcional e durante um período limitado de tempo após a reforma, esta isenção será aplicável ainda a desempregados há mais de seis meses; para trabalhadores com 55 anos ou mais, isentando até três anos as contribuições do empregador para a segurança social na contratação sem termo daqueles que estejam há mais de 6 meses desempregados ou sem registo de remunerações e reduzindo em 50% as contribuições durante igual período na contratação a termo (em ambos os casos, com excepção de contratos com empresas ou grupo onde existia contratação anterior).

6 – Por último, no domínio do apoio às famílias e à natalidade deverá substituir-se a licença de maternidade, paternidade e adopção por uma licença de parentalidade inicial: aumentando de cinco para dez dias a licença a gozar obrigatoriamente pelo pai por altura do nascimento do filho; remunerando a 100% dez dias úteis opcionais de licença, a gozar pelo pai em simultâneo com a mãe, após os dez dias iniciais; atribuindo quatro meses remunerados a 100%, ou cinco meses a 80%, quando a utilização partilhada da licença entre os progenitores for inexistente ou inferior a um mês (actual); e cinco meses remunerados a 100% ou seis meses a 83% quando pelo menos um dos meses for gozado de forma exclusiva por cada um dos progenitores e deverá alargar-se a licença de parentalidade, remunerando, através de prestação social, três meses adicionais para cada um dos cônjuges, correspondentes a uma licença de parentalidade alargada, apoiados a 25% da remuneração bruta, se gozados imediatamente após a licença de parentalidade inicial e registando como trabalho a termo completo, para efeitos de prestações da segurança social, o trabalho a tempo parcial para acompanhamento de filhos menores.

Com a reforma da legislação laboral pretende-se obter mais emprego, melhor emprego e emprego mais seguro.

É, assim, inquestionável que a presente reforma tem objectivos de esquerda.

DIAGNÓSTICO

Os diagnósticos das relações laborais em Portugal, segundo o Governo, identificam cinco problemas principais:

- Reduzida adaptabilidade das empresas e trabalhadores
- Debilidade e escasso dinamismo da contratação colectiva
- Rigidez formal do enquadramento legal
- Escassa efectividade da lei e normas contratuais
- Elevada precariedade e segmentação do emprego

EIXOS DE ACTUAÇÃO

Tendo em conta as razões expostas, são cinco os principais eixos que estruturam as medidas propostas:

- Aumentar a adaptabilidade das empresas
- Promover a regulação contratual colectiva
- Alterar o regime dos despedimentos
- Reforçar a efectividade da legislação laboral
- Combater a precariedade e segmentação e promover a qualidade do emprego, adaptando de forma articulada a legislação laboral, protecção social e políticas de emprego

OPINIÃO



ARTUR PENEDOS

Com esta proposta, José Sócrates dá aos principais intérpretes da modernidade e dos desafios da economia global, um papel activo na construção de respostas às exigências do mundo globalizado em que vivemos

O GOVERNO REVÊ CÓDIGO DO TRABALHO! A PROPOSTA SOCIALISTA PROMOVE COESÃO SOCIAL E COMPETITIVIDADE!

O GOVERNO apresentou aos parceiros sociais a sua proposta de revisão do Código do Trabalho e surpreendeu, positivamente, tudo e todos.

Promove a coesão social e a competitividade das empresas. Aposta, não na fragilização dos trabalhadores, mas no bem comum. Promove uma relação laboral de qualidade, de modo a que os trabalhadores colham benefícios no combate à precariedade e as empresas o prémio das boas práticas empresariais.

Havia quem reclamasse uma revisão “cirúrgica” do Código do Trabalho. Pois bem, o governo fez-lhes a vontade e orientou as suas propostas para cinco questões fundamentais – decisivas para as empresas e para a qualidade do emprego:

1. Combate à precariedade promovendo emprego de qualidade e melhor protecção social;
2. Aumentar a adaptabilidade das empresas;
3. Alterar os procedimentos no regime dos despedimentos;
4. Tornar efectiva a legislação laboral, sancionando infracções violadoras de direitos dos trabalhadores;
5. Valorizar a negociação colectiva; aumentar a representatividade dos parceiros

Com esta proposta, o camarada José Sócrates mostra a sensibilidade social que caracteriza o seu Governo. Promove a coesão social, combate a precariedade e fomenta a competitividade e as boas práticas empresariais.

Com esta proposta, José Sócrates, valoriza a concertação e evidencia um enorme respeito pelos parceiros sociais.

Com esta proposta, José Sócrates dá aos principais intérpretes da modernidade e dos desafios da economia global, um papel activo na construção de respostas às exigências do mundo globalizado em que vivemos.

Com o Governo de José Sócrates a concertação é um objectivo a atingir e não uma quimera que conforta os que dizem gostar, mas que não a praticam – como sempre fez o PSD!

Falemos, com o detalhe que um artigo desta natureza permite, das propostas da reforma das relações laborais.

O combate à precariedade das relações laborais desenvolve-se no combate aos falsos recibos verdes (chamado trabalho independente) e concretiza-se através da criação de meios que permitam à inspecção de trabalho e ao sistema judicial um combate eficaz.

A alteração da presunção legal de existência de um contrato de trabalho, com imputação à entidade patronal da obrigação de pagar uma contribuição à segurança social, no valor de 5%, acompanhada da redução na prestação do trabalhador, de 2,4%, concede a este, um benefício de 7,4%!

No combate à precariedade impedem-se os contratos a termo certo por mais seis anos (!) É o regresso ao limite de três anos.

Propõe-se um contrato de trabalho sem termo, mas intermitente – apenas para uma parte do ano – mas com um vínculo laboral de contrato sem termo para o resto do ano.

Premeiam-se as empresas que não recorram a contratos a termo e penalizam-se as que os usem.

Os ganhos são atractivos: quem contribuir para reduzir a precariedade, ganha uma redução de 1% sobre todos os trabalhadores da empresa. Quem persistir em recorrer à contratação a termo, pagará mais 3% do que actualmente!

O Governo reduz ou isenta as empresas de contribuições para a segurança social (por tempo limitado) caso contratem trabalhadores

– em condições tipificadas – nas seguintes situações:

- Conversão de recibos verdes (trabalho independente) em contratos sem termo;
- Contratação sem termo de jovens até aos 30 anos;
- Conversão de recibos verdes, ou contratos a termo, jovens até aos 30 anos;
- Contratação sem termo desempregados de longa duração;
- Contratação sem termo de trabalhadores com 55 ou mais anos.

Na adaptabilidade das empresas permite-se, através da contratação colectiva, a fixação de um número anual de horas de trabalho que, sem alterar os limites vigentes, possibilite às empresas melhor aproveitamento dos picos de produção e encomendas.

Num contexto de adaptabilidade das empresas, promove-se – no âmbito da protecção social – a licença de maternidade, paternidade e adopção substituindo-se esta por uma licença de parentalidade, de que resulta um aumento da licença por nascimento de um filho.

O pai passa a gozar dez dias úteis e não apenas cinco, se gozados simultaneamente com a mãe, após os dez dias iniciais;

Quatro meses remunerados a 100% ou cinco a 80% se o pai não gozar, pelo menos, 30 dias (partilha de licença); cinco meses a 100% ou seis a 83% quando houver partilha de licença (o pai deve gozar, pelo menos, um mês); mais três meses adicionais para cada um dos progenitores, pagos a 25% (licença de parentalidade alargada) se gozados imediatamente após a licença inicial. Considera-se, ainda, para efeitos de prestações da segurança social, o trabalho a tempo parcial para acompanhamento de filhos menores.

No capítulo dos despedimentos mantém-se a actual proibição de despedimento sem justa causa. Redefinem-se as regras do procedimento disciplinar. Elimina-se a carga burocrática que impede a rápida resolução do conflito e criam-se mecanismos de protecção no despedimento, de modo a que seja lícito apenas se houver justa causa ou justificado motivo. Esta alteração permite que as questões processuais, sempre que se prove que há justa causa, possam ser ignoradas, dando lugar a indemnização.

No reforço da efectividade da legislação laboral, sancionam-se as violações dos deveres de informar os trabalhadores, entre outros e promove-se uma articulação eficaz entre a Autoridade para as Condições de Trabalho e o Ministério Público.

Finalmente, a valorização da contratação colectiva. O governo baseou-se nas propostas da CLBR e orienta-se em três pontos: renovação dos ACT (art.º 4º), caducidade (fim 10 anos) e sobrevivência (após 18 meses) dos Contratos. Inova-se criando-se um mecanismo que permite aos sindicatos, nas empresas com mais de 50 trabalhadores, delegar poderes de negociação.

Por último e porque os tempos que se avizinhavam – como já nos habituaram o PCP e a sua frente sindical, a CGTP – serão de intoxicação, de distorção e até de insulto, convirá que, com audácia e sem receios, se tome consciência do que verdadeiramente está em discussão e que nos disponibilizemos para os combates políticos que se aproximam.

A minha determinação na defesa da modernização da legislação laboral e da proposta do governo – que tenho por equilibrada e capaz de gerar efeitos muito positivos para a vida dos trabalhadores – é sustentada na convicção de que o nosso camarada José Sócrates encontrou o ponto de equilíbrio que melhor serve os interesses dos trabalhadores e da

Conciliar competitividade e coesão social



REFORMA LABORAL

J. C. CASTELO BRANCO

JOSÉ Sócrates acusou o PCP e o BE de cegueira, sectarismo e de fazerem do PS o “inimigo principal”, numa alusão às críticas daqueles partidos às propostas do Governo de revisão do Código do Trabalho.

“Só por pura cegueira e sectarismo é que os partidos à nossa esquerda podem dizer que estas propostas não vão mudar nada. O PS apresenta medidas contra a precariedade, medidas que nunca foram apresentadas, e ainda assim acham que devem continuar a atacar o Governo e o Partido Socialista”, disse.

O primeiro-ministro e secretário-geral do PS falava no dia 26 de Abril num encontro com centenas de militantes em Vila Franca de Xira sobre “A reforma laboral – um compromisso social”.

José Sócrates sublinhou que a reforma laboral, “uma das mudanças mais importantes para Portugal e o seu futuro”, que visa “mais competitividade e justiça social”, assenta em três eixos principais: combate à precariedade, adaptabilidade e negociação.

“O combate à precariedade é fundamental porque atingiu níveis a que não nos podemos resignar”, disse, adiantando que “os que utilizam o recibo verde para disfarçar uma relação laboral vão ser confrontados com a necessidade de mudar para outro tipo de contrato”.

Por outro lado, frisou, “pela primeira vez o empregador vai pagar uma contribuição de cinco por cento por cada trabalhador a recibo verde”, salientando “não ser justo aceitar que os jovens a recibo verde tenham de pagar toda a protecção social”.

Ainda no âmbito do combate à precariedade, o líder socialista vai ser valorizado o contrato sem termo, através de uma diferenciação na contribuição do empregador.

“Metade ou mais de metade dos desempregados são pessoas que estavam com contratos a prazo. É por isso justo que as empresas que mais utilizam os contratos a prazo sejam as que pagam mais”, defendeu.

Quanto à adaptabilidade, Sócrates referiu que a proposta do Governo tem como objectivo “dar



a possibilidade aos empregadores de acertarem com os trabalhadores horários mais flexíveis que sirvam melhor as empresas.

E referiu ainda que a negociação entre empresários e sindicatos vai também ser incentivada, mas defendeu o fim das convenções colectivas de trabalho com mais de dez anos que “nunca caducam”, considerando que são “um atraso de vida para a economia” e para os trabalhadores.

Mudança na forma e no conteúdo

Antes, o ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, Vieira Silva, falou dos aspectos “mais relevantes” da proposta de reforma das relações laborais, começando por considerar ser “um engano profundo” alguém poder afirmar que as medidas avançadas pelo Governo não vão mudar nada.

“Esta é uma proposta de mudança, na forma e no conteúdo, que nasceu de um diagnóstico aprofundado, de um estudo sério e que visa reduzir e combater a precariedade, eliminar os aspectos mais perversos das situações atípicas das relações de trabalho”, disse.

E sublinhou que o Governo vai “reforçar os meios da lei e os meios de fiscalização para combater essas ilegalidades”.

“As mudanças que apresentámos aos parceiros sociais vão no caminho certo, designadamente para promover a negociação”, disse, sublinhando que é nos países mais desenvolvidos que o diálogo social está mais institucionalizado.

E sublinhou ainda que esta proposta de reforma das relações laborais “é um grande instrumento para conciliar competitividade e coesão social”.

PS: partido de confiança

**TOMADA DE POSSE DAS
CONCELHIAS DO PORTO**

“Um partido de confiança, de rigor e de competência”, que tem como marcas genéticas a “liberdade” e a “democracia” foi como o secretário-geral, José Sócrates, definiu o PS, na cerimónia de tomada de posse dos novos órgãos dirigentes das concelhias do Porto.



NO DIA em que o PS comemorou 35 anos de existência, o líder socialista afirmou que “a única coisa que ambiciono é estar à altura da história do partido. Essa história é uma galeria de glórias”.

Na sua intervenção, José Sócrates passou em revista alguns dos principais êxitos da política do actual Governo socialista, como as contas públicas em ordem, lembrando, a propósito, que o défice orçamental passou de 6,83 em 2005 para 2,6 por cento, “o mais baixo da história democrática portuguesa”, valores já

validados pelo Eurostat.

Reclamou também êxito no crescimento económico sustentado, assente no aumento das exportações, e no lançamento de uma “nova geração de políticas sociais”, apontando como exemplo o combate à pobreza e ao aborto clandestino, o fomento da natali-

dade, a reforma do Parlamento e a Lei da Paridade.

“Estou convencido que os portugueses percebem que o que fizemos garante o nosso futuro”, disse.

Por outro lado, o secretário-geral do PS referiu-se à assinatura do Tratado de Lisboa, como “marca mais importante portuguesa que

deixaremos na Europa”, e declarou ter “orgulho” por ser o primeiro-ministro “que mais vezes foi debater à Assembleia da República” prestar contas à oposição.

No seu discurso, José Sócrates elogiou ainda a Federação portuguesa por ter escolhido a data de 19 de Abril para a cerimónia de

tomada de posse das concelhias, por ser também o dia em que o partido celebra 35 anos.

Ganhar as autárquicas no distrito

Por sua vez, o presidente da Federação do Porto, Renato Sampaio, afirmou que “temos obrigação de apresentar ao eleitorado um projecto mobilizador para ganhar as autárquicas novamente no distrito”, até porque, frisou, “a direita não tem um projecto mobilizador para o Porto e a Área Metropolitana”.

O líder do PS/Porto frisou ainda que as concelhias que agora tomaram posse “têm grande responsabilidade porque temos a ambição de ganhar o distrito no plano autárquico”, já que “se temos eleitorado que confia no plano nacional, temos de ter um projecto credível para ter a mesma confiança a nível local”.

Renato Sampaio adiantou ainda que a Federação do PS/Porto vai reunir todas as primeiras segundas-feiras de cada mês com as comissões políticas concelhias, com o objectivo de avaliar o trabalho referente ao processo eleitoral que deverá “conduzir o partido à vitória”.

OPINIÃO

POTENCIAR PORTUGAL COMO PLATAFORMA ATLÂNTICA



FERNANDO JESUS
Deputado do PS

Com o desenvolvimento da rede de plataformas, Portugal irá potenciar a logística do país, servindo os principais tráfegos de mercadorias com origem ou destino nacional, cobrindo mais de 98% da economia e população

O GOVERNO apresentou publicamente o Plano Portugal Logístico em Maio de 2006, no Porto, definindo desde logo os princípios fundamentais do sistema, conceito, localizações das várias plataformas logísticas, funcionalidade, viabilidade financeira e forma de colaboração do Governo com todo o sector.

Na ocasião, o Governo definiu ainda a Rede Nacional da Plataforma Logística (RNPL), estruturada sobre os principais centros urbanos, portos nacionais e eixos fronteiriços, permitindo transformar Portugal numa Plataforma Atlântica de entrada de movimentos internacionais no mercado ibérico e elevar o país no ranking dos centros de distribuição europeus.

Com o desenvolvimento da rede de plataformas, Portugal irá potenciar a logística do país, servindo os principais tráfegos de mercadorias com origem ou destino nacional, cobrindo mais de 98% da economia e população.

Vejamos algumas das potencialidades da RNPL:

- Potencia tráfegos actuais e permite a captação de novos tráfegos, gerando um aumento de 16% na actividade portuária nacional;
- Potencia o aumento de carga global movimentada no país em 3% (9,5 milhões de toneladas);
- Promove a eficiência e a produtividade dos operadores logísticos, permitindo uma redução média de custos logísticos em cerca de 10% e um aumento de produtividade média nos fluxos totais de carga de 15%;
- Induz a melhoria da competitividade da Indústria e comércio portugueses decorrente do importante impacto na estrutura de custos das empresas;
- Globalmente, e alinhado com experiências internacionais, permite estimular a economia, criando mais de 15 mil postos de trabalho;
- Cria condições para atrair e fixar investimento industrial e terá um papel determinante na articulação e reordenamento intermodal e territorial (logístico);
- Permitirá criar ligações eficientes entre os modos de transporte, fomentando a intermodalidade e reduzin-

do os custos ambientais através da transferência do modo rodoviário para outros ambientalmente mais sustentáveis.

As plataformas dividem-se em quatro categorias distintas:

- Plataformas Urbanas Nacionais – Têm como principais objectivos a dinamização da actividade económica do País através da criação de grandes centros de distribuição e o reordenamento logístico e dos fluxos de transporte;
- Plataformas Portuárias – Localizadas na proximidade dos principais portos nacionais, os seus objectivos consistem em potenciar a actividade portuária e expandir a sua área de influência, nomeadamente para Espanha, bem como fomentar a intermodalidade e a utilização do transporte ferroviário;
- Plataformas Transfronteiriças – Procuram dinamizar a economia regional e a captação de fluxos e investimentos industriais, bem como estender a Espanha os actuais hinterlands portuários;
- Plataformas Regionais – Possuem, como principal objectivo, o reordenamento logístico e dos fluxos de transporte, integradas numa estratégia de coesão da rede.

Neste âmbito, foram definidas doze plataformas logísticas complementadas com dois Centros de Carga Aérea (Porto e Lisboa) as quais desempenham um importante papel na competitividade da economia nacional.

Pretende-se deste modo criar uma Rede Nacional de Plataformas Logísticas cuja concretização depende da agilização de procedimentos, do estabelecimento de garantias legais, para que nos termos previamente definidos possam ser instaladas as plataformas logísticas, de que a área de cada plataforma se manterá afecta a actividade logística e de que as sociedades gestoras de cada plataforma tenham como objecto de negócio fundamental esta actividade, como a exposição de motivos da proposta de lei muito bem assinala.

Neste contexto, o Governo apresentou a esta As-

sembleia a presente proposta de lei n.º 180/X/3ª, que o autoriza a aprovar um regime especial aplicável à expropriação e alienação de terrenos para as plataformas logísticas, que integram a Rede Nacional de Plataformas Logísticas.

Sinteticamente, podemos resumir as linhas em que se desenvolve o regime jurídico que o Governo pretende aprovar, cometendo ao IMTT – Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres a competência para supervisionar o funcionamento das plataformas, quando as mesmas se localizam em terrenos públicos, nomeadamente municipais;

Pretendendo garantir que os terrenos privados onde se localizam as plataformas são afectos a tal fim, o Governo considera que se justifica a utilidade pública da sua expropriação, quando o respectivo proprietário ou titular de outros direitos sobre os terrenos não pretenda, por si, ou através da sua alienação permitir a sua afectação.

É ainda intenção do Governo estabelecer regras, prevendo que no contrato a celebrar com as sociedades gestoras seja obrigatoriamente fixada a área de terrenos incluídos nas plataformas logísticas cuja propriedade não pode ser alienada, a qual não pode ser inferior a 60% da área da plataforma logística.

Com a apresentação da actual autorização legislativa o nosso país dá passos firmes e seguros para clarificar o processo de concretização do Portugal Logístico, sustentado no objectivo estratégico de nos transformarmos numa Plataforma Atlântica para os movimentos internacionais no mercado ibérico e europeus.

Para conseguirmos tal desiderato, cada um de nós pode e deve dar o seu contributo.

Ao Estado, deve-se fundamentalmente as funções de regulação e planeamento;

Ao sector privado, caberá a sua promoção, infra-estruturas e gestão;

À Assembleia da República, cabe criar as condições legislativas adequadas, aprovando a presente proposta de lei.



Amarante Armindo Abreu

Licenciado em Direito na Universidade de Coimbra, Armindo Abreu depois de desenvolver alguma actividade política nos movimentos estudantis anteriores a 25 de Abril, viu a sua carreira

política iniciar-se, formalmente, em 1989, ao ser eleito presidente da Assembleia Municipal de Amarante, cargo que desempenhou até 1993. No ano seguinte, tomou posse como vereador de Urbanismo na Câmara de Amarante.

De 1995 a 1997, exerceu o cargo de presidente da Câmara Municipal de Amarante, em substituição de Francisco Assis, e nas eleições de 1998 foi reeleito com maioria absoluta. Em 2001, os amarantinos renovaram-lhe a sua confiança à frente dos destinos do município, uma vez mais com maioria absoluta. Em Outubro de 2005 foi, novamente, reeleito Presidente da Câmara Municipal de Amarante.



Baião Paulo Pereira

Professor, Paulo Pereira é licenciado em Educação Física e Desporto pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), mestre em Ciências do Desporto pela Faculdade de Ciências do

Desporto e Educação Física da Universidade do Porto e Doutorando em Psicologia na UTAD.

Foi presidente da Assembleia-Geral da Associação de Desenvolvimento da Serra da Aboboreira e Terras de Ribadouro e é actualmente o presidente da Assembleia-Geral da Obra do Bem-Estar Rural de Baião.

Vereador da Câmara de Baião, na oposição, de 1998 a 2005. Actualmente, é o vice-presidente da Câmara de Baião e vereador com os pelouros da Educação, Juventude, Desporto e Associativismo.



Felgueiras Eduardo Bragança

Militante do Partido Socialista desde 1985, Eduardo Bragança, comerciante, foi candidato à Assembleia Municipal de Felgueiras pelo Partido Socialista, em 12 de Dezembro de 1982. Membro da Comissão Política Distrital do Partido Socialista do Porto, faz parte ainda da Comissão Nacional do PS. Reeleito presidente da Concelhia.



Gondomar Arménio Martins

Militante do PS desde Setembro de 1975, Arménio Martins, 56 anos, funcionário público, foi co-fundador da Secção de Mirandela e durante 12 anos exerceu as funções de secretário-coordenador da Secção de S. Cosme – Gondomar. Fez parte ainda da Comissão Política da Federação de Bragança e da Federação do Porto. Reeleito presidente da Concelhia de Gondomar.

Ao nível autárquico, é 1º secretário da Mesa da Assembleia Municipal de Mirandela e foi vereador da Câmara Municipal de Gondomar.



Lousada José Santalha

Professor do 2.º ciclo numa escola do concelho de Lousada, José Faria Santalha, 52 anos, assume, em 1994, pela primeira vez, funções no Executivo camarário, liderado pelo Partido Socialista.

Até 2000 é vereador a meio tempo, tendo como principais pelouros as Obras Particulares, Electricidade e Trânsito. Desde essa data até aos dias de hoje desempenha funções de vereador a tempo inteiro responsável pelas Obras Municipais, Protecção Civil, Transportes, Feiras e Mercados, entre outros.

Militante socialista desde 1985, foi reeleito presidente da Concelhia.



Maia Mário Gouveia

Assessor, Mário Gouveia é doutorando em Processos de qualidade nas instituições educativas, tem um diploma de Estudos Aprofundados (DEA) em Ciências da Educação, pós-graduação Adminis-

tração e Planificação da Educação, licenciatura em Administração Escolar e Direito e bacharelato em Soli-

citadoria e Assessoria Jurídica. Presidente da Junta de Freguesia de Milheiros e do Conselho de Administração da Associação de Inter-Freguesias do Vale do Leça – AVALE, é deputado municipal da Maia e preside à Comissão de Inter-Freguesias da Rede Social. Foi eleito presidente da Concelhia.



Marco de Canaveses Artur Melo

Licenciado em Ciências da Nutrição pela Universidade do Porto e profissionalização em Ensino do 4º Grupo pela Universidade Aberta, Artur Melo e Castro é nutricionista e empresário nos domínios da alimentação e nutrição e da segurança alimentar.

Militante do Partido Socialista desde 1997, é membro da Assembleia Municipal do Marco de Canaveses entre 1997 e 2001 e exerceu o cargo de vereador no mesmo município de 2001 a 2005.



Matosinhos Guilherme Pinto

Actual presidente da Câmara Municipal de Matosinhos, Guilherme Pinto, advogado, é membro da Comissão Política da Federação do Porto do PS, presidindo à Comissão de Jurisdição desta Federação, sendo também membro da Comissão Nacional do PS. Ex-deputado à Assembleia da República, foi reeleito presidente da Concelhia.



Paços de Ferreira Paulo Ferreira

Licenciado em Direito pela Universidade Católica do Porto, advogado de profissão, com escritório na cidade de Paços de Ferreira, Paulo Ferreira, 34 anos, é vereador, sem pelouros, na Câmara Municipal de Paços de Ferreira desde 2001, tendo sido candidato à presidência desta autarquia em 2005. Reeleito presidente da Concelhia.



Paredes
Maria Luísa Tadeu

Professora, Maria Luísa Tadeu, 56 anos, militante do PS desde 1977, foi, durante vários mandatos, membro do Secretariado da Concelhia de Paredes, da Assembleia de Freguesia de Cete, da Assembleia Municipal de Paredes, da Comissão Política do PS/Paredes e da Comissão Política Distrital. Membro do Secretariado da Federação do Porto liderado por Carlos Laje, foi também directora de Campanha no concelho de Paredes da candidatura Mário Soares à Presidência da República. Foi eleita presidente da Concelhia.



Penafiel
Micael Cardoso

Licenciado em Educação Física e Desporto pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, mestre em Ciência do Desporto pela Faculdade de Desporto da Universidade do Porto, Micael Cardoso, 35 anos, militante do PS desde 1993, foi presidente da direcção da Associação de Estudantes da Escola Secundária de Penafiel e secretário-coordenador da JS/Penafiel entre 1994 e 1996 e 1999 e 2001. Membro da Comissão Política da Federação do Porto da JS de 1994 a 2001, fez também parte da Comissão Política da Federação do Porto do Partido Socialista, indicado pela JS entre 1999/2001. Membro da direcção do Grupo Municipal do PS em Penafiel nos mandatos 2001/2005 e 2005/2009, integra actualmente a Comissão Política da Federação do Porto do PS. Reeleito presidente da Concelhia. Ao nível autárquico, é membro da Assembleia de Freguesia de Penafiel desde 2005, tendo sido deputado municipal de 1993 a 2009. É membro da Assembleia da Comunidade Urbana do Vale do Sousa desde 2005.



Porto
Orlando Soares Gaspar

Arquitecto, Orlando Soares Gaspar, 45 anos, é membro da Comissão Política Nacional do PS, tendo feito parte da Assembleia Municipal do Porto, da Assembleia e do Executivo da Junta de Freguesia do Bonfim, no Porto. Foi agora reeleito presidente da Concelhia.



Póvoa de Varzim
Renato Matos

Advogado, Renato Garrido Matos, 33 anos, foi presidente da Juventude Socialista da Póvoa de Varzim com 18 anos, tendo sido dirigente distrital e nacional da JS. É deputado municipal desde os 22 anos. Foi candidato a deputado pelo círculo eleitoral do Porto nas eleições legislativas de 1999. Fez estágio como assistente parlamentar na Comissão de Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos no Parlamento Europeu, tendo sido depois assistente parlamentar na Delegação Portuguesa do Partido Socialista Europeu em 2001, em Bruxelas e Estrasburgo. De Abril de 2005 a Março de 2007 foi chefe de gabinete do governador civil do Porto, tendo depois regressado à advocacia. Frequenta doutoramento na Universidade de Santiago de Compostela e Curso de Gestão na EGP University of Porto Business School.

de os 22 anos. Foi candidato a deputado pelo círculo eleitoral do Porto nas eleições legislativas de 1999. Fez estágio como assistente parlamentar na Comissão de Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos no Parlamento Europeu, tendo sido depois assistente parlamentar na Delegação Portuguesa do Partido Socialista Europeu em 2001, em Bruxelas e Estrasburgo. De Abril de 2005 a Março de 2007 foi chefe de gabinete do governador civil do Porto, tendo depois regressado à advocacia. Frequenta doutoramento na Universidade de Santiago de Compostela e Curso de Gestão na EGP University of Porto Business School.



Santo Tirso
Castro Fernandes

Engenheiro civil, Castro Fernandes é o actual presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso. Membro da Junta Metropolitana do Porto, responsável pelo Gabinete Autárquico da Federação do PS Porto e membro da Comissão Política Nacional, presidiu à Associação de Municípios do Vale do Ave (AMAVE).



Trofa
Joana Lima

Licenciada em Relações Internacionais pela Universidade Lusíada, Joana Lima é deputada da Assembleia da República, sendo membro da Comissão Parlamentar de Obras Públicas, Transportes e Comunicações. Presidente do Grupo Parlamentar de Amizade com o Uruguai, é membro da Comissão Nacional do PS e vereadora da Câmara Municipal da Trofa. Foi agora reeleita presidente da Concelhia.



Valongo
Orlando Rodrigues

Professor, Orlando Gaspar Rodrigues, 44 anos, professor, é filiado no Partido Socialista, desde Novembro de 1997, tendo exercido os cargos de presidente da Assembleia de Freguesia de Campo,

membro da Assembleia Municipal de Valongo e os cargos de secretário-coordenador do PS/Campo, membro da Comissão Política Distrital do Porto, membro da Comissão Política Concelhia de Valongo e membro do Secretariado da Comissão Política Concelhia de Valongo do Partido Socialista. É ainda membro do Conselho Municipal de Educação de Valongo em representação do pessoal docente do ensino básico. Foi agora reeleito presidente da Concelhia.



Vila do Conde
Mário de Almeida

Engenheiro técnico civil, Mário Almeida é presidente da Câmara Municipal de Vila do Conde desde de Abril de 1981, presidente da Mesa do Congresso e do Conselho Geral da ANMP e vice-

presidente do Conselho Directivo da Organização Ibero-americana para a Cooperação Intermunicipal e do Conselho de Municípios e Regiões da Europa (CCRE). Membro do Comité Executivo Mundial da União Internacional das Autoridades Locais – IULA, foi considerado o Melhor Autarca em 1994 em eleição da Casa da Imprensa. Mário Almeida foi condecorado com a Ordem de Mérito – no Grau de Grande Oficial 1995, Presidente da República Mário Soares, e condecorado com a Grã-Cruz Ordem de Mérito, em 2002, pelo Presidente da República Jorge Sampaio. Possui ainda a Medalha de Ouro – Serviços Distintos atribuída pela Liga dos Bombeiros Portugueses e foi designado com títulos honoríficos por várias cidades mundiais.



Vila Nova de Gaia
Eduardo Vítor Rodrigues

Doutorado em Sociologia na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, professor auxiliar do curso de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto,

Eduardo Vítor Rodrigues, 37 anos, é membro da Direcção do Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e investigador do Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, integrado na linha de investigação “Globalização, valores sociais e políticas públicas”. Presidente da Junta Freguesia de Oliveira do Douro, desde 2001, foi reeleito presidente da Concelhia.

OPINIÃO



JORGE ALMEIDA
Deputado do PS

Neste momento, uma das melhores apostas para o nosso país será o recurso a plantas oleaginosas, para fabrico de biodiesel, dada a nossa enorme frota de motores diesel, bem como pelo facto da produção de cereais dever ser preferencialmente utilizada na alimentação humana e animal

CULTURAS ENERGÉTICAS

VIVEMOS um período crucial de reorientação dos países para fontes energéticas mais limpas, alternativas aos combustíveis fósseis. São as renováveis a crescer e consolidar o seu caminho. E o nosso Governo, antecipando as metas da UE em dez anos, está na linha da frente. Incentivando a agricultura e os agentes transformadores através da isenção de ISP.

Para além da água, do sol e do vento, são sem dúvida os biocombustíveis um dos motores para uma nova economia energética em Portugal, que compreende várias e complexas variáveis.

Antes de mais a ambiental. É hoje unânime o consenso sobre a eficácia dos biocombustíveis no combate aos gases de efeito estufa (GEE), dada a redução de emissões que a substituição dos combustíveis fósseis proporciona.

A agrícola, onde vários inputs deverão ser considerados. Possibilidade de se aumentar a produção de cereais e oleaginosas, disponibilidade de terrenos do RPU e set aside, os preços convidativos, resultantes de rarefacção da oferta nos mercados, o aumento do rendimento dos agricultores, fixação das populações nos territórios.

A variável energética, uma vez que os biocombustíveis permitem reduzir a importação de petróleo, e a pesada factura na balança de pagamentos.

Em graus variados, todos os biocombustíveis apresentam um balanço energético positivo.

Mas é interessante apreciar alguns dados sobre o gasto em combustíveis fósseis para se produzir etanol ou biodiesel, assim como os ganhos na redução de GEE quando se queimam estes biocombustíveis.

Para se fazer 1,3 litros de etanol a partir do milho, gasta-se um litro de gasolina, mas durante a combustão desse mesmo etanol são emitidos menos 21% de GEE.

Quando se usa cana-de-açúcar, aí pode produzir-se etanol puro com 113 octanas, numa relação de um litro de gasolina para oito litros de etanol e na sua combustão poupamos cerca 56% de gases.

Mas se for possível reproduzir à escala industrial o que se conseguiu em laboratório, poderemos vir a ter nos biocombustíveis de segunda geração a grande solução para este sector. Poderão vir a utilizar-se folhas, ramos, restolho das matas, e conseguir-se uma relação de gasolina para bioetanol de um para 30, com uma redução brutal dos GEE de perto dos 90%.

Neste momento, uma das melhores apostas para o nosso país será o recurso a plantas oleaginosas, para fabrico de biodiesel, dada a nossa enorme frota de motores diesel, bem como pelo facto da produção de cereais dever ser preferencialmente utilizada na alimentação humana e animal. O biodiesel tem também uma boa relação de poupança energética. No nosso país está em fase experimental, mas tem boas condições de forte expansão sobretudo com a cultura do girassol, na qual os agricultores já adquiriram experiência em anos passados.

Pela primeira vez na história, a energia parece concorrer directamente com a alimentação humana e animal, podendo estar aí uma das razões da subida de preços.

A UE apenas utilizou em 2007, 2% dos seus cereais para etanol. Mas os USA chegaram aos 13%.

Mas há outras variáveis mais relevantes a ter em conta. As alterações climáticas. Secas e chuvas destruidoras, em países determinantes para o abastecimento mundial. O consumo crescente em economias emergentes como a China e a Índia. O gigante chinês que era auto-suficiente em 2000, e que em 2007 já importou 400 milhões de toneladas de cereais para alimentação.

A questão dos OGM. A aprovação de novos eventos pela FDA, imediatamente cultivados nos USA, Canadá e Brasil, e que as instâncias burocráticas da UE demoram anos a aprovar, apesar de aceitarem a importação de carne alimentada com esses mesmos OGM.

A entrada de fundos de investimento no negócio das matérias primas, esses sim talvez a componente mais desequilibradora e desreguladora dos mercados, através de movimentos especulativos.

Mas a previsão, avaliadas todas estas variáveis, é a da manutenção, a curto e a médio prazo, duma carência relativa destes produtos agrícolas, e da manutenção em alta dos preços. Há por isso uma grande oportunidade para a agricultura portuguesa.

Obras no porto de pesca de Albufeira a bom ritmo

AS OBRAS do porto de pesca de Albufeira, da responsabilidade do actual Governo, estão a avançar a bom ritmo.

Esta realidade pôde ser observada de perto pelos líderes socialistas desta região algarvia, quando no passado dia 19 de Abril visitaram o andamento dos trabalhos acompanhados pelo presidente do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos (IPTM), João Peleja.

Durante a visita às obras, o executivo socialista local tomou conhecimento mais aprofundado do projecto e das valências que serão colocadas ao dispor dos pescadores, criando assim as condições necessárias para o desenvolvimento de uma das actividades mais relevantes para a economia do concelho.

A nova infra-estrutura, lançada pelo actual Governo liderado por José Sócrates, é, recorde-se, uma exigência de há muitos anos, quer dos pescadores, quer dos sucessivos responsáveis autárquicos, que agora se encontra finalmente em execução.

Numa breve apreciação sobre o novo porto de pesca,



afirmando que a cooperação estabelecida entre o IPTM e a Associação dos Profissionais de Pesca de Albufeira se revelou como uma medida de grande alcance.

Para o PS/Albufeira, este equipamento constituirá um pólo de atracção para o concelho, valorizando o destino e a actividade dos profissionais que dedicam a sua vida à pesca.

Esta visita inseriu-se num conjunto de iniciativas que o PS/Albufeira tem vindo a realizar no âmbito da sua moção de estratégia política "Preparar o Futuro". R.S.A.

os dirigentes socialistas de Albufeira, manifestaram satisfação "pelo excelente ritmo" a que as obras estão a evoluir,

Socialistas de Estarreja querem TGV no concelho

O PS de Estarreja vai propor a realização de uma Assembleia Municipal Extraordinária para debater a existência de uma estação do TGV no concelho.

"Estarreja não pode ser ultrapassada nos seus interesses, nem pode perder novas oportunidades de desenvolvimento, por não ter liderança à altura dos desafios, como se verificou com o IKEA", afirmam os socialistas, num comunicado divulgado recentemente.

Recorde-se que a RAVE prevê na região de Aveiro uma estação técnica do comboio de alta velocidade em Albergaria-a-Velha.

A Concelhia socialista de Estarreja defende que se deverá "lutar" para que a futura estação se localize no concelho, uma vez que "a linha do TGV vai passar a nascente deste, ocupando uma grande faixa do seu território".

Empresa na Hora é já um sucesso

SÃO JÁ 89 os postos de atendimento que foram criados em todo o país para que de uma maneira mais cómoda e rápidas novas empresas possam ser criadas e Portugal.

Sã assim reforçadas as capacidades de resposta do serviço "Empresa na Hora", uma iniciativa criada pelo Ministério da Justiça e que já constitui um sucesso, aliás salientado pelo relatório do "Doing Business 2007", do Banco Mundial, que coloca Portugal entre os dez primeiros países onde é mais fácil e cómodo constituir uma empresa.

Deste feita, foram inaugurados quatro novos postos de atendimento, respectivamente nas Conservatórias

do Registo Civil e Comercial de Idanha-a-Nova e de Moimenta da Beira e nas Conservatórias do Registo Predial e Comercial de Almada e da Figueira de Castelo Rodrigo.

Desde que começou em 2006 o programa Simplex, (Programa de Simplificação Administrativa e Legislativa) onde se enquadra o serviço "Empresa na Hora", o Governo já aprovou centenas de medidas que têm permitido poupar milhões de euros, quer ao Estado, quer às empresas e aos cidadãos, assim como milhões de toneladas de papel e de árvores, muitas deslocações aos serviços públicos e milhares de horas de espera.

Portugal na frente na utilização das tecnologias de informação

O GOVERNO português é o segundo no conjunto de mais 127 governos que maior importância dá às questões ligadas às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).

Este dado foi recentemente divulgado pelo Fórum Económico Mundial o Globo Information Technology Report 2007/08, que coloca o Governo liderado por José Sócrates, como o segundo, no conjunto dos 127,

que mais importância dá às TIC na formulação da sua visão futura.

Este relatório destaca também que Portugal se encontra na 12ª posição a nível global na capacidade da sua administração pública na utilização das tecnologias de informação e comunicação, tendo subido nos últimos dois anos 14 posições neste ranking. A nível da União Europeia, Portugal surge mesmo entre os cinco primeiros países.

Cartão do cidadão chega ao distrito da Guarda

JÁ é possível a qualquer pessoa adquirir no distrito da Guarda o Cartão do Cidadão.

Recorde-se que o cartão do cidadão assume a dupla forma de um documento físico, que identifica visual e presencialmente o cidadão, e de um documento digital, que permite ao cidadão identificar-se e autenticar-

se electronicamente nos actos em que intervenha.

Com a sua criação, pretende-se substituir e desempenhar as funcionalidades de cinco dos actuais cartões que identificam os cidadãos: Bilhete de Identidade, Cartão de Contribuinte, Cartão de Utente do SNS, Cartão de Eleitor e Cartão da Segurança Social R.S.A.

OCDE diz que reforma do ensino em Portugal é positiva

UM recente relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) refere que em 24 países analisados, os sistemas de educação terciária, quer ao nível do ensino pós-secundário,

quer no que respeita ao ensino superior, confirma o progresso alcançado durante os últimos dois anos das reformas do ensino superior que o Governo português tem vindo a levar a efeito.

Fazer sempre mais, sempre melhor

XIII CONGRESSO DO PS/AÇORES

“Nem nos Açores nem no Continente, nenhum socialista vê esta autonomia como uma arma de arremesso ou um instrumento de guerrilha que serve apenas para disfarçar incapacidades próprias” afirmou o secretário-geral do Partido Socialista, José Sócrates, referindo-se indirectamente à situação na Madeira, garantindo que os socialistas não encaram a autonomia “como uma arma de arremesso”.

O PRIMEIRO-MINISTRO falava no Teatro Micaelense, perante mais de 400 militantes no encerramento do XIII Congresso do PS/Açores que decorreu em Ponta Delgada, entre os dias 18 e 20 de Abril.

A reunião magna dos socialistas açorianos decorreu depois das “directas” para a liderança do partido na região, que tiveram lugar no passado mês de Fevereiro. Nessas eleições Carlos César foi reeleito com mais de 99 por cento dos votos, isto a cerca de seis meses das eleições regionais de Outubro.

Sócrates começou por elogiar a governação de Carlos César, afirmando que a obra que o Governo Regional dos Açores vem desenvolvendo desde 1996, representa “uma década de ouro para a região”, um orgulho e um património que na opinião do primeiro-ministro é pertença não só do “trabalho sério do PS/Açores mas também do PS nacional”.

Para o primeiro-ministro, o presidente do Governo Regional dos Açores, “é hoje um dos grandes políticos portugueses e um dos melhores governantes do seu tempo”.

Carlos César, na opinião do secretário-geral do PS, tem vindo a desenvolver uma liderança no Governo da região que é um modelo a seguir e um exemplo de autonomia responsável.

Sócrates lembrou que Carlos César “sempre lutou pela transparência, pelos direitos das oposições e que tudo tem feito para que a vida política decorra à altura das boas tradições liberais e democráticas”.

Aqui nos Açores, disse, o Governo Regional luta por mais transparência e “gosta de defender o parlamento”.

Referindo-se ao Estatuto Político-Administrativo dos Açores, que

será objecto de uma votação final na Assembleia da República, o primeiro-ministro sublinhou que este regulamento constituirá “um passo sério e responsável” na direcção certa do aprofundamento e consolidação da autonomia, referindo que nenhum responsável político do PS mostra qualquer inquietação pela reivindicação de Carlos César quando este pede maior autonomia para os Açores.

Na perspectiva do PS, disse o primeiro-ministro, a autonomia não é vista como um entrave ao desenvolvimento, mas, pelo contrário, como um “processo sempre aberto à mudança” donde devem resultar “benefícios para todos”.

Mostrando-se confiante quanto a uma vitória do Partido Socialista nas eleições que decorrerão em Outubro próximo naquela região autónoma, Sócrates não fugiu à polémica ao afirmar que o PS e os seus dirigentes “não defendem uma coisa nos Açores e outra em Lisboa”, referindo-se à recente controvérsia criada pelo então ainda líder do PSD, Luís Filipe Menezes, quando este defendeu na Madeira, dias antes, uma autonomia sem limites, posição que veio a desmentir ter assumido à sua chegada a Lisboa.

Mas as críticas de José Sócrates foram ainda estendidas ao presidente do Governo Regional da Madeira, lembrando que no parlamento regional dos Açores “temos o mesmo regime de incompatibilidades e de limitações de mandatos da Assembleia da República”, facto que, frisou, “honra a democracia”.

César condena a política da arrogância

Intitulada “Fazer Sempre Mais,



Sempre Melhor”, a moção de orientação política apresentada pelo líder do PS/Açores, Carlos César, foi aprovada por unanimidade pelos delegados presentes no XIII Congresso Regional do partido, que decorreu na ilha de S. Miguel.

Além desta moção de orientação política global apresentada ao Congresso pelo presidente do Governo dos Açores, os congressistas tiveram ainda oportunidade de debater e votar dez moções sectoriais.

O documento, subscrito pelo presidente dos socialistas açorianos, defende, entre outros pontos, que o partido deve chamar cidadãos sem filiação partidária aos lugares no parlamento e do Governo Regional, no que classifica como uma “aposta de abertura à sociedade”.

A moção defende ainda o que designa de “parceria na governação”, medida que preconiza que os cidadãos possam influenciar e fiscalizar as opções políticas fundamentais do partido e do Governo.

Dirigindo-se ao Congresso, o líder do PS/Açores, Carlos César, começou por defender que o PS deve opor-se com firmeza e intransigência a qualquer “assomo de arrogância ou de autismo partidário”, devendo a sua governação na região autónoma continuar a ser orientada no sentido de prevenir acções de corrupção.

Para César, o partido não pode ter nunca a “menor complacência com comportamentos ilícitos de políticos em benefício próprio ou de interesses estranhos à boa administração”, lembrando que os socialistas e os políticos ao serviço do PS e do “nosso projecto serão sempre devedores do povo e nunca seus credores”.

Só com políticos imbuídos com esta mentalidade, disse, é que faz sentido que o partido peça aos açorianos uma vitória nas próximas eleições de Outubro para o parlamento açoriano.

Voltando-se para o primeiro-ministro, “um amigo de há muitos anos”, Carlos César garantiu que os socialistas dos Açores “estarão sempre ao seu lado” para o ajudar a vencer as eleições legislativas de 2009, de “forma a consolidar o trabalho que tem feito, beneficiando os portugueses e relançando Portugal”, o que não invalida, disse, “que lhe dê tréguas na forma como cumpro o meu dever de defender responsabilmente os interesses dos Açores”, sublinhando que por vezes tem a obrigação de dizer que o Governo da República “está aquém do que pode e deve fazer pela região”.

Contudo, reforçou, a contribuição do PS/Açores para a vitória e bom governo do PS no país “nunca esteve nem estará em causa”, e deve

acarretar, nos vários domínios da acção parlamentar, “o nosso apoio activo e leal”.

Que ninguém tenha dúvidas, disse Carlos César, que os socialistas das ilhas “orgulham-se da firmeza patriótica com que o Governo liderado por José Sócrates tem sabido enfrentar a crise e a paralisia que afectava Portugal”.

Quanto à sua posição de defesa intransigente da autonomia, o presidente do Governo Regional lembra que o PS/Açores “não descarta nenhum momento para a aprofundar e aperfeiçoar”, uma ambição que deseja que o primeiro-ministro também partilhe, “inscrevendo-a no seu programa de candidatura nas eleições para a Assembleia da República”.

Como salientou, “sem identidade perdemo-nos, sem autonomia não nos encontramos”.

Reclamando para a região autónoma “mais investimento e mais investidores”, Carlos César disse ser defensor do princípio de que os serviços públicos, “em determinadas circunstâncias”, devem ser prestados por privados.

O que devemos analisar, acrescentou, é se a qualidade dos serviços que são prestados à população, “são os mais apropriados” e não “a abrangência das entidades que os prestam”. R.S.A.



“A maioria do PS mostrou-se e à altura das suas

ALBERTO MARTINS, LÍDER DO GP/PS

Escusando-se a comentar a situação interna do maior partido da oposição, o líder da bancada socialista afirma que gostaria de ver mais mulheres na Assembleia da República, lembrando, a propósito, que das 65 deputadas em exercício, 53 são do PS.

Alberto Martins faz um balanço muito positivo da presente legislatura enumerando as principais leis que foram aprovadas e debruça-se em detalhe sobre questões colocadas pelos nossos leitores sobre o mais recente projecto-lei do PS relativo ao novo regime do divórcio.

De António Gaspar (Coimbra)

Nos dias em que se realiza esta entrevista o maior partido da oposição está, mais uma vez, envolvido numa crise de liderança e de identidade. Qual a análise que faz do actual momento das oposições em Portugal e em especial do PSD?

Não gostaria de fazer qualquer comentário sobre a vida interna dos outros partidos, incluindo o Partido Social Democrata, por me parecer deslocado e pouco curial. Penso, no entanto, que a democracia portuguesa tem tudo a ganhar com a existência de alternativas políticas claramente afirmadas, coerentes e credíveis.

De Celso Guedes de Carvalho (Aveiro)

Qual é a sua opinião sobre a criação de círculos uninominais?

A nossa posição sobre esta matéria é a de sempre, muito pautada pela preocupação com a aproximação entre eleitos e eleitores. No quadro da reforma da Lei Eleitoral para a Assembleia da República, somos favoráveis à introdução de soluções que reforcem a representatividade, desde que não haja diminuição da proporcionalidade do sistema. Ora, sucede que a Lei Eleitoral para a Assembleia da República é uma iniciativa cuja aprovação requer o concurso de dois terços dos votos no Parlamento, o que significa que é necessário um entendimento entre o PS e o PSD. Porém, dada a desagradável experiência recente com a Lei Eleitoral Autárquica, em que o PSD não temeu romper acordos assinados e livremente assumidos, faltando à palavra dada, estão ameaçadas as condições de confiança indispensáveis para quaisquer outras iniciativas que requeiram o compromisso e o concurso de vontades entre o PS e o PSD.

De Paulino Maia (Maia)

Caro camarada Alberto Martins, muita saúde e coragem para defender os ideais de Abril, tendo sempre presente os mais desfavorecidos.

Camarada três questões que lhe quero apresentar.

Primeira:

Está em vista a feitura de uma lei, ou melhorar a existente, que proteja os trabalhadores explorados pelas pseudo-empresas de Trabalho Temporário? (o nome correcto seria Empresas para a Exploração dos Trabalhadores, eu já senti na pele o que elas fazem).

O Partido Socialista fez aprovar a Lei 19/2007, de 22 de Maio, sobre trabalho

temporário, assegurando uma maior responsabilização destas empresas, aprofundando os direitos e garantias dos trabalhadores temporários e promovendo um reforço de controlo e fiscalização da actividade de trabalho temporário. Com esta nova Lei, reduz-se a duração máxima dos contratos de trabalho temporários, proíbe-se a sucessão de trabalhadores temporários e a termo no mesmo posto de trabalho, depois de atingida a duração máxima do contrato, obriga-se à apresentação anual dos requisitos para o exercício da actividade, garante-se o direito à formação profissional por parte dos trabalhadores, caminhamos para um regime jurídico mais justo e equilibrado no plano dos direitos sociais e laborais dos trabalhadores e para um quadro de maior responsabilização por parte das empresas que recorrem a esta modalidade contratual.

Segunda:

Acabar com os recibos verdes e contratos a prazo. Salvo erro, este sistema foi criado pelo nosso camarada Mário Soares, com boas intenções. Só que o capital não olha a meios para explorar os trabalhadores e aproveita a lei para manter eternamente os trabalhadores sem direitos, e garantias de um trabalho fixo. Camarada, não defendo nem nunca defendi o regime do “António das botas”; mas, então o trabalhador era admitido numa empresa e no fim de três meses de trabalho a entidade empregadora se não lhe agradasse o seu trabalho despedia-o, ou caso contrário era obrigada a admiti-lo no quadro de pessoal com todas as regalias aí inerentes. Em concreto, perspectivam-se alterações ao regime dos recibos verdes?

Em relação à segunda pergunta, a posição do Partido Socialista sempre foi e é muito clara: queremos combater os chamados “falsos recibos verdes” e a contratação a termo à margem da Lei. Nesse sentido, ainda esta semana o Governo anunciou o combate generalizado à precaridade laboral como um dos grandes objectivos a atingir no âmbito da reforma da legislação laboral, apresentando aos parceiros sociais propostas concretas que passam, nomeadamente, por: redução da duração dos contratos a termo, aumento da taxa social única para os empregadores que recorram a esse tipo de contratação, criação de incentivos à contratação por tempo indeterminado, penalização no plano fiscal das empresas que recorram sistematicamente aos denominados recibos verdes, melhoria do regime de protecção social dos trabalhadores independentes, agravamento do sistema



“Foi-se coesa, participativa e responsável”



sancionatório para as empresas infractoras e aposta por parte das entidades inspectivas no combate ao falso trabalho independente e ao trabalho não declarado. Nunca na história laboral portuguesa tinha sido apresentado um pacote de soluções com a amplitude e a eficácia que se espera do agora apresentado.

Terceira:

Fazer uma revisão à lei do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), de maneira a reduzi-lo. Tenho um pequeno apartamento T2, que comprei por 67 mil euros. Vou ter que pagar 542 euros. Eu sei que a lei é para todos, mas devia-se rever e criar uma alteração para os reformados, em especial os de reformas baixas, e de poucos recursos.

O banco está sempre a aumentar a prestação; fiz um contrato a pagar “X” mensal e agora estou a pagar “Y”. Eu e a minha mulher somos ambos reformados, com re-

“O Partido Socialista foi, nesta legislatura, como antes, um partido que criou novos direitos, que ampliou as liberdades e reforçou as garantias dos cidadãos”

formas magras, e sentimos, por isso, uma certa dificuldade em cumprir a prestação. Também os jovens que pediram empréstimo estão numa situação igualmente difícil, e tende a piorar. Se isto assim os bancos vão passar a também desempenhar as funções das imobiliárias, e as pessoas vão dormir para debaixo da ponte?

Antes de mais, as situações, como a sua, de famílias que vivem com dificuldades para compatibilizar obrigações financeiras crescentes e o cumprimento das responsabilidades fiscais com os seus proventos preocupam-nos sobremaneira. Estamos atentos a todas as situações delicadas e continuaremos a dar respostas, sempre orientadas por princípios de equidade e atendendo, de forma ponderada e solidária, aos vários interesses em questão. Uma dessas respostas respeita à defesa intransigente dos interesses dos consumidores, nomeadamente face aos bancos. Foi essa a linha que presidiu à fixação

de prazos às companhias seguradoras para pagamento das indemnizações; à obrigatoriedade do arredondamento à milésima nos empréstimos bancários; à imposição de limites à cobrança de encargos com a liquidação de crédito à habitação, facilitando processos de liquidação e transferência de créditos.

De Mónica Cunha (Oeiras)

Gostaria de ver mais mulheres na Assembleia da República?

Com certeza. Na nossa perspectiva, a democracia ou é paritária ou não será totalmente democrática. O Partido Socialista tem, neste aspecto, orgulho nas suas opções enquanto partido, uma vez que as listas do PS à Assembleia da República em 2005 eram já paritárias, e nas opções legislativas que, no decurso da presente legislatura, impulsionou e concretizou. Refiro-me à Lei da Paridade, aprovada apenas com os votos do nosso partido. Já a partir do próximo ciclo eleitoral, as listas à Assembleia da República, Parlamento Europeu e autarquias locais serão compostas de modo a assegurar a representação mínima de um terço de cada um dos sexos. A Lei da Paridade trará mais mulheres à política, ajudando a combater um desequilíbrio que empobrece a nossa vida pública, e que constitui um défice de representação da democracia portuguesa. É um facto sintomático que, neste momento, dos nossos deputados em exercício de funções, 53 são mulheres. A verdade é que, no Parlamento, quatro em cada cinco deputadas em exercício de funções são socialistas, isto é, são 53 num total de 65. Só que este total de 65 deputadas corresponde apenas a 28% de todos os deputados que compõem o Parlamento. Esta situação terminará na próxima legislatura, como já afirmei, em resultado da Lei da Paridade, de nossa iniciativa.

De Miguel Antunes (Lisboa)

Quais as medidas que o PS tem adoptado para proteger a geração entre os 20 e os 40 anos, muitos deles licenciados, a ganhar no máximo 1000 euros, a recibos verdes e sem protecção no desemprego e na doença?

Na semana passada, o Governo apresentou na Concertação Social um conjunto de medidas que visam combater a precariedade e promover o contrato de trabalho. A proposta do Governo aos parceiros sociais constitui a base para um debate aberto e plural, visando obter um acordo mais alargado possível. Em termos gerais, pretendemos promover um novo compromisso social, mais equitativo e mais favorável à competitividade das empresas e à protecção dos trabalhadores.

Sem prejuízo das soluções finais concretas que resultarão do diálogo entre os parceiros sociais, é possível indicar aqueles que, na nossa perspectiva, são os principais eixos em torno dos quais essas soluções devem convergir: combate à precariedade e segmentação e promoção da qualidade do emprego, adaptando de forma articulada a legislação laboral, protecção social e políticas de emprego; promover a regulação contratual colectiva; aumentar a adaptabilidade das empresas; simplificação processual do despedimento sem quebra de garantias; e reforço da ►

efectividade da legislação laboral.

O aumento sustentado do salário mínimo é uma das mais significativas medidas sociais do Governo. Relembro que foi fixado, por unanimidade entre todos os parceiros sociais, um ambicioso e progressivo aumento do salário mínimo: em 2007, fixou-se em 403 euros, em 2008 será de 426 euros, atingindo-se os 450 euros em 2009. Será um aumento de quase 25% em quatro anos. Como objectivo de médio prazo, assumiu-se o valor de 500 euros em 2011.

Por outro lado, o Programa Inov-Jovem, que integra jovens licenciados em gestão e tecnologia nas pequenas e médias empresas, constitui, antes de mais, um sinal de que ao nível das políticas públicas existe uma nova centralidade concedida aos factores de inovação e à importância destes na alteração do padrão de especialização produtiva da

mostrou-se coesa, bastante participativa e à altura das suas responsabilidades. Em Fevereiro de 2005, o eleitorado conferiu ao PS uma grande responsabilidade e um mandato claro: constituir um governo estável, que trabalhasse no horizonte de uma legislatura, capaz de restaurar a credibilidade das instituições políticas e enfrentar e resolver os grandes problemas do país.

No plano legislativo, o panorama das leis da República aprovadas entre Fevereiro de 2005 e 1 de Abril de 2008 é muito claro: o Governo e a bancada do PS têm vindo a levar à prática a sua agenda reformista de forma plural e não unilateral. No global dos 186 diplomas até agora aprovados, 27% foram por unanimidade (51), e apenas 16% com o voto exclusivo da bancada socialista (30). Ou seja, em três anos de governação, as oposições contribuíram para a viabilização de

responsabilidade muito especial. Permita-se-me uma breve enumeração, não exaustiva, das iniciativas que aprovámos: Lei eleitoral para o Presidente da República no que respeita ao voto dos emigrantes; Lei eleitoral para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira; Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores; Lei da limitação de mandatos dos eleitos locais; Lei que estabelece as regras para as nomeações dos altos cargos dirigentes da Administração Pública; Lei da Nacionalidade; Lei que constitui a Entidade Reguladora da Comunicação Social; Lei de acompanhamento e apreciação pela Assembleia da República da participação de Portugal no processo de construção europeia; Lei da Paridade; Lei que estabelece um novo regime de substituição dos deputados por motivo

com baixos rendimentos (ainda há pouco tempo aumentado para 400 euros); subsídio de desemprego para trabalhadores vinculados por contrato administrativo de provimento e por contrato individual de trabalho; Interrupção Voluntária da Gravidez; Procriação Medicamente Assistida – e, recentemente, a criação do abono pré-natal (do qual já beneficiam mais de 45 mil mulheres) e a criação do subsídio social de maternidade para mães sem carreira contributiva.

E, portanto, diria, indo à segunda parte da pergunta, que o que fizemos nestes pouco mais de três anos de Governo constitui a melhor garantia que podemos dar aos portugueses que está a ser cumprido, e que continuará a ser cumprido, o compromisso eleitoral que connosco firmaram em 20 de Fevereiro de 2005.



“Queremos combater os chamados “falsos recibos verdes” e a contratação a termo à margem da lei”

economia portuguesa, sobretudo, e no caso, as PME's. E este programa tem tido bons resultados. Ora, vejamos: jovens integrados em PME, 4091; jovens a integrar (refiro-me a processos em curso), 1770; total de jovens já abrangidos, 5861; investimento total, público e privado, superior a 92 milhões de euros; três em cada quatro jovens envolvidos no Programa de Formação e Estágios em PME conseguiram emprego depois do programa.

O Governo assegurou ainda, com o apoio expresso dos parceiros sociais, a reforma do sistema de protecção social, visando assegurar a solidariedade intergeracional, de modo a que a geração que hoje conta entre 20 e 40 anos venha a ter garantias de manutenção do Estado Social e de protecção na sua velhice.

De Filomena Gonçalves (Porto)

Qual o balanço que faz do trabalho do Grupo Parlamentar do PS, nos três anos que passaram e quais os objectivos para o próximo ano e meio de legislatura?

Faço um balanço muito positivo. A maioria parlamentar do Partido Socialista

84% das leis aprovadas. O que estes números mostram é que, na esmagadora maioria das situações, os outros grupos parlamentares reconheceram pelo seu voto o mérito ou a bondade das nossas reformas. Mas mostram mais: desmentem, se necessário fosse, a suposta tese do rolo compressor da maioria afastando a ideia de uma pretensa ditadura da maioria.

Nestes três anos, o Grupo Parlamentar acompanhou, e em certos aspectos liderou, a vontade de reforma exibida pelo Governo. Mas, para que a mudança social e individual se reproduza e sustente, há que mudar aquilo que faz mudar os outros factores de mudança. Um sistema político modernizado e uma democracia de qualidade são factores multiplicadores da mudança. Por isso, um dos principais eixos da actividade de governação tem sido centrado na elevação da qualidade da nossa democracia, reforçando a credibilidade do Estado e do sistema político e fazendo dos sistemas de justiça e de segurança instrumentos ao serviço de uma cidadania activa e plena.

O GP/PS assumiu neste domínio uma

relevante; A lei de incompatibilidades e impedimentos dos deputados à Assembleia da República; o Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares; Lei sobre a exclusão da ilicitude nos casos de interrupção voluntária da gravidez; e o novo Regimento da Assembleia da República.

Por outro lado, o PS foi, nesta legislatura, como antes, um partido que criou novos direitos, que ampliou as liberdades e reforçou as garantias dos cidadãos.

No plano do aprofundamento de direitos fundamentais, para além das já referidas leis da Paridade e da Nacionalidade, destaco o alargamento do universo eleitoral para a eleição do Presidente da República e nova Lei da Imigração.

Novos direitos, também, no âmbito do Processo Penal, por exemplo, direitos das testemunhas; de protecção às vítimas de crimes; direitos dos arguidos; e novos regimes de prisão preventiva, escutas e segredo de justiça.

Novos direitos, ainda, no domínio social: Rendimento Social de Inserção; Complemento Solidário para Idosos

De Carlos Santos (Setúbal)

Acaba de apresentar um projecto-lei sobre o divórcio. Quais as alterações que a proposta da nossa bancada vem introduzir ao direito da família?

O projecto de lei que apresentámos, já aprovado na generalidade, parte da ideia de que o casamento é um contrato pessoal de quem pretende constituir família mediante plena comunhão de vida. Esta relação contratual, definida na lei, assenta num princípio de igualdade entre as partes e tem como resultado que a sociedade conjugal deve manter-se enquanto for essa a vontade dos seus membros e como consequência lógica que ninguém deve permanecer casado contra a sua vontade se se verificar uma ruptura definitiva das condições de vida em comum.

O que se pretende significar quando se diz que acaba o divórcio-sanção assente na culpa?

Uma das alterações mais relevantes do nosso projecto radica, com efeito, na eliminação irrestrita do divórcio-sanção, suprimindo-se as referências à violação culposa dos deveres

conjugais ou à determinação da culpa no âmbito do divórcio, acabando-se definitivamente com o divórcio litigioso.

Ao eliminar a modalidade de divórcio litigioso por violação culposa dos deveres conjugais – a clássica forma de divórcio-sanção – acompanhamos a tendência da maioria dos países europeus que têm abandonado sistematicamente esta modalidade por ser, em si mesma, fonte de agravamento de conflitos anteriores, com prejuízo para os ex-cônjuges e para os filhos. O cônjuge que quiser divorciar-se e não conseguir atingir um acordo para a dissolução terá de seguir o caminho do chamado “divórcio ruptura” por “causas objectivas”, designadamente a separação de facto. Nesta modalidade de divórcio, ao contrário do que hoje acontece, o juiz nunca procurará determinar e graduar a culpa, para aplicar sanções patrimoniais;

desta forma o processo menos penoso e traumático. Isto porque, não nos podemos olvidar que mantendo a modalidade de divórcio litigioso, ao invés de salvuardarmos e protegermos os interesses da família, dos filhos e dos cônjuges, concentramos todo o processo de divórcio em demonstrações de culpas e violações. Com o regime do divórcio litigioso, os cônjuges são, pois, forçados a expor os factos mais íntimos da reserva de cada casal para se poderem divorciar, utilizando, não raras vezes, a culpa como arma de arremesso, visto que a imputação da culpa a um dos cônjuges influencia os efeitos patrimoniais do divórcio.

Não considera que há questões mais importantes a resolver no país do que alterar as regras do divórcio?

Julgo que o que ficou dito afasta qualquer

legislativo e contribuem para a qualidade das soluções finais.

Segundo percebi, através da Comunicação Social, estipula-se que o regime de partilha de bens em caso de divórcio é sempre o da comunhão de adquiridos. Porquê?

Em relação ao regime de partilha, começo por esclarecer que se retira a culpa dos efeitos patrimoniais, pois esta imputação originava conflito adicional entre os cônjuges, que tentavam ao longo de todo o processo imputar culpas e violações mútuas na medida em que o regime actual tende a castigar patrimonialmente o culpado. Assim, a partilha far-se-á como se os cônjuges tivessem estado casados em comunhão de adquiridos, ainda que o regime convencional tenha sido a comunhão geral, ou

progenitor com quem o filho se encontra. Caberá à jurisprudência e à doutrina definir estes âmbitos de aplicação. Consideramos ser esta a melhor solução pois ao consagrar uma cláusula geral permite-se à jurisprudência adaptar estes conceitos aos casos em concreto. Podemos desde já adiantar que os actos de particular importância se referem ao núcleo essencial dos direitos que são reconhecidos às crianças.

Por outro lado, o incumprimento do regime sobre o exercício das responsabilidades parentais – homologado pela autoridade competente com base num acordo dos pais ou determinado pelo tribunal – passa a constituir um crime de desobediência, nos termos da lei penal. Pretende-se diminuir a ligeireza com que se desprezam as decisões dos tribunais e se alteram os hábitos e as expectativas dos filhos, nesta matéria.



afastam-se agora também estas sanções patrimoniais acessórias. As discussões sobre culpa, e também sobre danos provocados por actos ilícitos, ficam alheias ao processo de divórcio.

Mas, se o sistema do “divórcio ruptura” pretende reconhecer os casos em que os vínculos matrimoniais se perderam independentemente da causa desse fracasso, não há razão para não admitir a relevância de outros indicadores fidedignos da falência do casamento. Por isso se acrescenta uma cláusula geral que atribui relevo a outros factos objectivos que mostram claramente a ruptura manifesta do casamento, o seu fracasso independentemente da culpa dos cônjuges e do decurso de qualquer prazo. O exemplo típico, nos sistemas jurídicos europeus, é o da violência doméstica, que pode mostrar logo a inexistência da comunhão de vida própria de um casamento.

Ao afastar a violação culposa de deveres conjugais como fundamento para se requerer o divórcio, o nosso projecto de lei evita que as partes sejam obrigadas a expor de forma pública situações do foro íntimo, tornando

pretensa dúvida sobre a “importância” desta iniciativa. Por si só, explica e justifica bem a sua bondade e a oportunidade.

De Francisco Paiva (Lisboa)

A nova lei do divórcio apresentada recentemente pela bancada socialista não vai desnecessariamente abrir uma frente de batalha com a Igreja Católica?

Não, penso que não. Por um lado, o projecto de lei apresentado visa em exclusivo alterar o regime jurídico do divórcio, no quadro do casamento civil. Portanto, nada se altera no que respeita ao casamento católico, que é uma forma convencional, resultante da Concordata. Nem de outra forma poderia ser, uma vez que não estamos a tratar do divórcio católico, mas civil. Por outro lado, como já foi afirmado, o Partido Socialista está aberto a todos os contributos que, em sede de processo legislativo, qualquer entidade queira oferecer, incluindo a Igreja Católica. Todos esses contributos críticos serão ouvidos, devidamente ponderados e são bem-vindos, na medida em que enriquecem o debate, qualificam o processo

um outro regime misto mais próximo da comunhão geral do que da comunhão de adquiridos (a partilha continuará a seguir o regime convencional no caso de dissolução por morte). Esta opção pretende evitar que o divórcio se torne um meio de adquirir bens, para além da justa partilha do que se adquiriu com o esforço comum na constância do matrimónio, ou que se consagre um regime de dotes.

De Manuel Costa (Leiria)

O que muda no projecto-lei do PS sobre o divórcio, em matéria de regulação do poder paternal?

O projecto do PS assume de forma explícita o conceito de responsabilidades parentais, afastando-se a designação hoje desajustada de “poder paternal”. Depois, impõem-se o exercício conjunto das responsabilidades parentais, salvo quando o tribunal entender que este regime é contrário aos interesses do filho. O exercício conjunto, porém, refere-se apenas aos “actos de particular importância”; a responsabilidade pelos “actos da vida quotidiana” cabe exclusivamente ao

“O eleitorado conferiu ao PS uma grande responsabilidade e um mandato claro: constituir um governo estável, que trabalhasse no horizonte de uma legislatura, capaz de restaurar a credibilidade das instituições políticas e enfrentar e resolver os grandes problemas do país”

No respeitante à pensão de alimentos, penso que também há alterações substanciais. Em que sentido aponta o regime previsto?

Em relação à pensão de alimentos, a regra é a de que cada cônjuge terá de prover à sua subsistência depois do divórcio. Caso não o consiga, o direito a alimentos pode ser requerido por qualquer dos cônjuges. Elimina-se a apreciação da culpa como factor relevante da atribuição de alimentos, porque se quer reduzir a questão ao seu núcleo essencial: a assistência de quem precisa por quem tem possibilidades. Os critérios mantêm-se em relação à fixação do montante dos alimentos. A inovação reside no facto de o cônjuge credor não poder exigir o mesmo padrão de vida. Inova-se ainda quando se dá prevalência à obrigação de prestar alimentos relativamente a um filho sobre a obrigação emergente em favor do ex-cônjuge. A obrigação de alimentos passa a ser por período limitado, embora renovável, salvo razões ponderosas.

Tomada de posse das concelhias de Castelo Branco e da Covilhã



NO PASSADO dia 22 o presidente da Federação de Castelo Branco do PS, Joaquim Morão, presidiu à tomada de posse da nova Comissão Política Concelhia de Castelo Branco, de novo encabeçada pelo camarada João Marcelo.

Nas intervenções que fizeram, quer Joaquim Morão quer João Marcelo realçaram que esta comissão tem pela frente três batalhas políticas de vital importância para o partido e praticamente seguidas no tempo: as eleições para o Parlamento Europeu, para a Assembleia da República e finalmente as eleições autárquicas.

Nessa perspectiva foi referida a necessidade de trabalho, de unidade dentro do partido e defesa da política seguida pelo Governo liderado pelo Partido Socialista, como factores fundamentais na obtenção de bons resultados nos combates que se avizinham, bem como da necessidade de começar já, activamente, a preparar as próximas eleições autárquicas.

Ainda de salientar a importância que foi dada pelos presidentes da Federação e da Concelhia ao trabalho interno, com vista a uma maior ligação do partido à sociedade civil, no sentido de congregar o apoio quer de independentes, quer de novos militantes, em torno das políticas seguidas a nível nacional e local, por forma a permitir uma maior participação nas decisões que têm sido adoptadas pelo Partido Socialista.

Covilhã

Também a Comissão Política da Concelhia da Covilhã tomou posse perante dezenas de militantes, entre os quais se contavam o presidente da Federação, Joaquim Morão, e vários dirigentes distritais.

Na cerimónia de tomada de posse foi reafirmada a necessidade de união para fazer frente ao défice democrático que se impôs no concelho por acção do actual Executivo camarário do PSD.

Na reunião foram ainda anunciadas algumas iniciativas já agendadas e em execução, como é o caso da página oficial da Comissão Política Concelhia, cujo endereço é www.pscovilha.com.sapo.pt

Eleições internas revelam forte militância

As recentes eleições para as concelhias dos distritos de Braga, Castelo Branco e Viana do Castelo revelaram uma forte participação dos militantes, que estão mobilizados para os desafios que o PS tem pela frente. No próximo número do "Acção Socialista", a exemplo do que temos vindo a fazer, daremos conta de mais eleições para as concelhias que se têm realizado.

Braga

Na Concelhia de Esposende, apresentaram-se a sufrágio duas listas. Venceu lista encabeçada por João Maria Nunes Silva, contra a lista liderada por Luís Miguel Gomes Vale. Nas restantes concelhias apenas uma lista se apresentou a sufrágio, tendo Jorge José Tinoco Ferreira ganho em Amares, Mesquita Machado, em Braga, Serafim China Ferreira, em Cabeceiras de Basto, Manuel Maria Lopes Machado, em Celorico de Basto, Antero Barbosa Fernandes, em Fafe. Em Guimarães a vitória foi para a lista liderada por Domingos Bragança Salgado, em Póvoa Lanhoso a vitória coube a Sérgio Cardoso Matos, em Terras de Bouro ganhou Guilherme José Coelho Alves, em Vieira do Minho, Jorge Augusto Abreu Dantas, em Vila Verde, Luís Filipe Oliveira Silva, em Vila Nova de Famalicão, Fernando Ribeiro Moniz e em Vizela, Francisco Silva Ferreira.

Santarém

Na Federação de Santarém, nas concelhias de Alcanena, Cartaxo e Mação, apresentaram-se duas listas a sufrágio, nas restantes houve lista única. Em Alcanena, venceu a lista liderada por Fernanda Maria Pereira Asseiceira, contra a outra lista encabeçada por Rui Fernando Anastácio Henriques, no Cartaxo ganhou Paulo Alexandre Varela Simões Caldas, contra Pedro Miguel Magalhães Ribeiro e em Mação venceu a lista para a Comissão Política Concelhia liderada por Nuno Fernando Bento Neto, contra a lista encabeçada por Luís Sérgio Matos Silva.

Nas restantes concelhias, onde houve listas únicas, Isilda Manuela Alves Jana ganhou a Concelhia de Abrantes, José Joaquim Sousa Gomes a de Almeirim, Pedro Miguel Brás Gaspar a de Alpiarça, Ana Isabel Casquinha a de Benavente, na Chamusca venceu a lista para a Comissão Política liderada por José

Augusto Carrinho, em Constância ganhou Luís Valério Silvério, para a Concelhia de Coruche a vitória foi para Joaquim Gonçalves Banha, e no Entroncamento foi a lista de Luís Manuel Antunes a vencedora. Bruno José Graça Gomes venceu em Ferreira do Zêzere, Rui Manuel Singéis Medinas ganhou na Golegã, em Ourém foi eleita a lista liderada por António Ribeiro Gameiro, em Rio Maior venceu Silvino Manuel Gomes Sequeira, em Salvaterra de Magos ganhou Nuno Mário Fonseca Antão, em Santarém venceu a lista encabeçada por José Miguel Correia Noras, no Sardoal ganhou Fernando Cascallheira Vasco, em Tomar foi vencedora a lista liderada por Hugo Renato Ferreira Cristóvão, em Torres Novas venceu Luís Alberto Trindade Silva e em Vila Nova Barquinha a vitória coube a Vítor Miguel Arnaut Pombeiro.

Coimbra

Em Coimbra, apenas nas eleições para a Comissão Política Concelhia de Coimbra se apresentaram a sufrágio duas listas, tendo saído vencedora a lista liderada pelo camarada Henrique Fernandes, contra a lista encabeçada pelo camarada Carlos Cidade. Nas restantes houve listas únicas. Assim, em Arganil foi reeleito Eugénio Fróis, em Cantanhede foi eleito Manuel Augusto Simões Ruivo, em Condeixa foi reeleito Nuno Moita da Costa, na Figueira da Foz foi reeleito António João Paredes, em Góis foi eleita Maria de Lurdes Castanheira. Na Lousã, Luís Antunes foi reeleito, o mesmo sucedendo com Licínio Jesus Palhavã em Mira, em Miranda do Corvo, António Miguel Costa Baptista foi eleito, em Montemor-o-Velho, Emílio Torrão foi reeleito, em Oliveira do Hospital, José Francisco Rolo foi reeleito, em Penacova, Pedro Coimbra foi reeleito, em Soure, Mário Jorge Nunes foi reeleito, enquanto em Penela,

Vítor Simões foi eleito, o mesmo sucedendo com Ricardo Manuel Cruz em Tábua. Em Pampilhosa da Serra e Vila Nova de Poiares não se realizaram eleições.

Viana do Castelo

Em Viana do Castelo, nas eleições para as comissões políticas concelhias apresentaram-se apenas listas únicas a sufrágio dos militantes. Assim, para a liderança da Concelhia de Arcos de Valdevez, a lista única liderada pelo camarada Pedro Manuel Brito Fragosa foi a vencedora, o mesmo sucedendo em Melgaço, onde ganhou Maria Luísa Dias Gomes. Para a Concelhia de Monção, foi António Pereira Lima quem ganhou e em Paredes de Coura foi a lista liderada por António Lebrão Esteves que obteve a vitória. Em Ponte da Barca, ganhou Adolfo Dantas Ferreira, em Ponte de Lima venceu Jorge Manuel Viana da Silva, em Valença, ganhou Fernando Pereira Rodrigues, em Vila Nova de Cerveira venceu Fernando Pereira Matias e em Viana do Castelo foi a lista liderada por José Maria da Cunha Costa que obteve a vitória.

Em Caminha as eleições para a Concelhia terão lugar no dia 7 de Junho.

Castelo Branco

António Carmona Mendes e Álvaro Rocha foram eleitos, respectivamente, para presidentes das concelhias de Vila Velha do Ródão e Idanha-a-Nova.

Guarda (Concelhia de Fornos de Algodres)

Por lapso, do qual pedimos desculpa aos nossos leitores e ao visado, na última edição do "AS" foi referido José António da Rocha como vencedor das eleições na Concelhia de Fornos de Algodres, quando o nome correcto é António José Elvas da Rocha. J.C.C.B.



Fundadores assinalam 35º aniversário do PS

O RESTAURANTE Cozinha Velha, junto ao Palácio Nacional de Queluz, foi o local escolhido para a realização do jantar de fundadores comemorativo dos 35 anos do PS, no passado dia 19 de Abril.

Num clima de unidade, afectivo e informal, o secretário-geral, José Sócrates, sentou-se à mesa com históricos fundadores do nosso partido, entre eles Almeida Santos, Maria Barroso, Arons de Carvalho, António Campos, José Leitão, Jaime Gama, Maria Carolina Tito de Moraes, José Neves, João Gomes, Nuno Godinho de Matos, Manuel Pedroso Marques, Bernardino Gomes, Alfredo Carvalho, Dieter Dellinger, Fernando Costa, Fernando Loureiro, Liberto Cruz, Luís Nunes da Ponte, Rodolfo Crespo, Roque Lino, Maria Antónia Catanho de Menezes, Maryvone Campinos, Maria Helena Costa e Melo e Maria do Carmo Ramos da Costa.

Também presentes neste jantar estiveram os dirigentes nacionais socialistas Jorge Lacão, Miranda Calha, Maria Manuela Augusto, Idália Moniz, Ana Paula Vitorino, Fernando Serrasqueira, Luís Amado, Edite Estrela e Marcos Perestrello.

Na ocasião, o nosso presidente, camarada Almeida Santos, proferiu algumas palavras sobre os desafios que se colocam ao PS, ao país e à Europa, afirmando que o mundo



e a União Europeia precisam de continuar a contar com estadistas como José Sócrates.

Por sua vez, o secretário-geral socialista juntou-se à reflexão feita em tom informal e coloquial

sobre o projecto europeu e o seu lugar no panorama internacional, considerando que o mundo só tem a lucrar com uma Europa forte e coesa, onde Portugal assuma um papel fundamental.

Já a camarada Maria Barroso rememorou a reunião fundadora de 1973, em Bad-Munstereifel, na então República Federal da Alemanha, saudando de seguida a coragem do Governo liderado por

José Sócrates, e frisou que o Partido Socialista pode orgulhar-se nas reformas que este Executivo tem realizado, em especial na área da Educação, pelas suas repercussões no futuro do país. **M.R.**

PS é partido estável e de valores

Os portugueses podem confiar no PS porque o nosso é um partido “seguro, estável e com valores”. A garantia foi dada pelo secretário-geral do PS, José Sócrates, no jantar comemorativo dos 35 anos do Partido Socialista, que se realizou, no passado dia 18 de Abril, em Évora.

PERANTE os 1200 militantes e simpatizantes que se reuniram à mesa no Pavilhão Arena, Sócrates declarou: “Estamos aqui para dizer àqueles que serviram o partido antes de nós que a nossa vontade e a nossa ambição é apresentarmo-nos, de novo, aos portugueses como um partido seguro, de confiança e que está aqui, mais uma vez, para servir Portugal e os portugueses”.

Numa intervenção em que foi várias vezes interrompido por aplausos, o líder socialista assegurou que o PS é um partido que “tem vontade e energia para servir os seus concidadãos”.

“No fundo, os portugueses olham para o PS como um partido de confiança, estável, com valores e determinado”, frisou, manifes-



tando-se satisfeito pelo facto de os portugueses reconhecerem que o “país está melhor” e que o futuro “está mais assegurado”, depois de “resolvida a crise orçamental” nos últimos três anos.

Ao lembrar que o défice orçamental “passou de 6,83 em 2005 para 2,6 por cento em 2007, o défice mais baixo da história democrática portuguesa”, Sócrates

anunciou que o Eurostat validou já as contas portuguesas, “sem levantar nenhum problema”.

“As contas que o Eurostat validou foram contas que recolocam Portugal como um país fiável e que cumpre os seus compromissos internacionais”, assegurou o primeiro-ministro, reiterando de seguida que ter conseguido pôr as contas públicas em ordem foi

“decisivo para o futuro”.

E referiu igualmente que os últimos três anos do Governo socialista ficam marcados pelo “rigor” e pelo “crescimento”.

“Ao mesmo tempo que pusemos as contas públicas em ordem, fomos capazes de ter feito crescer a nossa economia”, congratulou-se Sócrates, apontando o PS como o partido do “da competência na governação”.

Além das contas públicas, o líder socialista e chefe do Executivo lembrou também as conquistas alcançadas ao nível das “nova geração de políticas sociais”, do combate à pobreza, do fim do aborto clandestino, do fomento da natalidade, da reforma do Parlamento, da Lei da Paridade e da assinatura do Tratado de Lisboa.

Depois, o secretário-geral socialista evocou a história do PS, descrevendo-a como “uma fonte de inspiração”, destacando ainda que esta se confunde com a vida política e democrática de Portugal depois do 25 de Abril.

“Queremos comemorar a história, não como uma relíquia, mas com uma fonte de inspiração”, disse, apontando o PS como “o partido da liberdade e da democracia portuguesa”.

Sócrates evocou ainda a “atitude dos líderes corajosos, frontais e que nunca recusaram as dificuldades”, citando o caso de Mário Soares.

No decorrer do jantar comemorativo dos 35 anos do PS, foram homenageados o presidente da Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz, camarada Victor Martelo, um dos mais antigos autarcas portugueses, e o camarada António Fernandes, militante de base da Concelhia socialista de Évora. **M.R.**

OPINIÃO

NUNO DAVID
MARIA JOSÉ GAMA
PEDRO TITO MORAIS
LUIS NOVAES TITO
SÉRGIO PESSOA
Militantes da região de Lisboa

Há uma força indomável no PS que, mesmo quando se não deixa contar nas espingardas do aparelho, está presente na defesa de valores que blindam o ser socialista do PS

CORRENTE NACIONAL DE OPINIÃO SOCIALISTA – OS PONTOS NOS II

NUM regime democrático a pluralidade dentro dos partidos é considerada um indicador da sua vitalidade, bem como da capacidade das bases de influenciarem de forma participativa os órgãos de governo do partido. Essa pluralidade manifesta-se através de várias correntes em torno das ideologias estatutárias ou mesmo grupos espontâneos e internos que funcionam em dialéctica com os líderes partidários eleitos maioritariamente.

No actual PS, talvez por a eleição do seu secretário-geral ter sido por mais de 95% dos votos – facto raríssimo nos países que funcionam em democracia –, criou-se uma espécie de unanimismo, um monolitismo político, onde quem, interna ou externamente, não estiver em perfeita sintonia com a hierarquia é olhado com suspeição, quando não com rejeição. Esta situação inibe ou dificulta o debate interno e a possibilidade de colaboração de muita gente que poderia contribuir de forma positiva para o país através do partido.

Muita coisa se tem conjecturado sobre o que daí adviria, desde que o nosso camarada Manuel Alegre teve, sem o apoio formal do partido, os resultados conhecidos nas eleições presidenciais. Muitos suspeitavam da ideia infundada de que se pretendia constituir um novo partido “à esquerda” ou, pelo menos, criar uma espécie de dissidência dentro do PS, que, a curto prazo, permitisse pressionar as políticas do Governo, quando com elas não concordasse e, a médio prazo, disputar com o camarada Sócrates a própria chefia partidária. Nada disso aconteceu, nem é pressuposto que aconteça.

Mas essa candidatura permitiu que muitos camaradas que se identificaram com ela se estejam a organizar, para dentro e fora do partido, continuando a fazer política, a debater novos modelos e ideias, tendo em vista a modernização do nosso sistema político e a melhoria das condições de vida dos portugueses. A partir de uma reunião que agregou centenas de militantes em Lisboa, em Fevereiro passado, este grupo liderado por Manuel Alegre, intitulou-se “Corrente Nacional de Opinião Socialista” (CNOS), e resolveu desenvolver as suas actividades para dentro e fora do partido, promovendo actividades locais e nacionais, colaborando quando necessário com independentes que possam contribuir para o debate e a formulação de propostas políticas alternativas.

É, declaradamente, um grupo que patrocina e desenvolve uma política de ideias e não de poder. Está, assim, fora dos seus intuitos a conquista do poder interno no partido, donde não ter participado, nem tencionar participar, como grupo organizado, em quaisquer eleições internas na hierarquia partidária.

Tratou-se, até agora e assim continuará, salvo se algo muito imprevisível acontecer no PS, de uma pura e justa manifestação de pluralismo interno, e de não submissão, em termos ideológicos, a cartilhas e comportamentos com que se não concorda. E não se concorda, principalmente, por quatro razões:

- pela actual organização e forma de proceder, sem iniciativa, sem debate interno, sem pensamento político-ideológico, e acima de tudo avessa à evidente necessidade de debater a reforma dos partidos políticos, cada vez mais alheios ao capital político dos seus militantes e dos cidadãos em geral;
- pelo descaimento do PS para a direita liberal, em desfavor dos mais desfavorecidos e favorecimento dos especuladores e dos muito ricos; aderindo ao negociadismo e ao empreguismo, o PS actual abandonou a prática do pensamento político e colou-se subserviente e completamente ao Governo;
- pela forma de governação, que contamina o partido, demasiado autoritária e centralizadora, que cria uma crispação social desnecessária e afasta os cidadãos das decisões políticas;
- pelo excesso do factor “dinheiro” e do “negócio” na governação, que parece ser determinante mesmo onde outros valores se deveriam humanisticamente sobrepor, nomeadamente na Saúde, na Cultura, na Solidariedade social, no combate ao desemprego, etc.

Há, contudo, muita coisa que nos une ao partido e nos faz apoiar o Governo, até porque consideramos que o secretário-geral está empenhado em reformar e melhorar o país. Se não é merecedor da solidariedade nos meios, é merecedor nos seus propósitos. O Partido Socialista comporta um peso histórico de reserva, sempre atento, sempre observador e sempre preparado para a intervenção quando se fazem sentir desvios da sua Declaração de Princípios. Uma espécie de reserva que não prescinde de se revelar quando é necessário e que pode inclusive fazer-se pública, penalizando desvios sempre que entende necessário.

Com efeito, enganam-se os que gostam de contabilizar avanços e recuos medindo o que se teve de avançar para agora ajustar eleitoralmente à esquerda e seguir. Há uma força indomável no PS que, mesmo quando se não deixa contar nas espingardas do aparelho, está presente na defesa de valores que blindam o ser socialista do PS. Pouco lhe interessa o palpatar calculista dos avanços e recuos porque lhe importa especialmente o progresso e a normalização deste Portugal pelo qual nunca deixou de lutar. Se não existir oposição portuguesa suficiente para marcar o terreno, cá estará o PS para garantir a liberdade, a justiça, a solidariedade, a igualdade de oportunidades e o progresso.

Para a CNOS, o Partido Socialista é uma trave mestra da nossa democracia que não pode deixar de se autorenovar. Numa sociedade democrática e cada vez mais complexa, onde a política cada vez mais não poderá ser feita exclusivamente dentro dos partidos, é necessário tentar caminhos e alternativas complementares. Deve haver, de dentro para fora do partido, soluções para que a democracia respire um ar sempre renovado.

Protecção das florestas com 60 novas equipas de sapadores



O APERFEIÇOAMENTO do ordenamento territorial e o reforço do combate ao abandono das florestas e espaços rurais são uma aposta clara do Executivo. A ideia foi sublinhada pelo secretário de Estado, Ascenso Simões, durante a cerimónia de apresentação das 60 novas equipas do Programa de Sapadores Florestais, realizada recentemente em Santarém.

“Estamos a falar de um incremento de 30% no número de equipas e de sapadores em relação a 2007 e de mais 97 equipas do que em Março de 2005”, apontou o governante, para de seguida evidenciar as implicações positivas desta medida ao nível da criação de emprego nas zonas rurais.

“Estas 60 novas equipas representam mais 300 novos postos de trabalho directos”, frisou, acrescentando que “se tivermos em considera-

ção igualmente os postos de trabalho indirectos gerados por este programa, o esforço dos últimos anos traduz-se em mais de 1500 empregos qualificados, especializados e, mais importante, criados nas zonas do interior, onde importa fixar a população e gerar riqueza”.

Considerando que 2008 “um ano crucial para o Programa de Sapadores Florestais e para o novo impulso que se quer dar aos espaços florestais portugueses”, o secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas apontou como meta a execução de 1600 hectares de fogo controlado, “num esforço que permitirá a protecção de cerca de 150 mil hectares de espaços florestais”.

E adiantou que “o reforço de cobertura territorial em 45 concelhos do país que

estas 60 novas equipas de sapadores permitem, será um instrumento fundamental” no cumprimento destes objectivos.

Considerando que “estamos perante um novo tempo no desenvolvimento rural e num tempo essencial para o sector florestal, Ascenso Simões defendeu que “o conjunto de instrumentos de política que este Governo está agora a mostrar os seus efeitos na redução da área ardida, no aumento da área florestal certificada em Portugal, no dinamismo dos proprietários privados em tornos das ZIF e, em suma, na identificação de todos os cidadãos com o designio nacional que é o nosso património florestal”.

“É fundamental consolidar este sentimento, resolver os constrangimentos que persistem”, concluiu. M.R.

Alargado crédito bonificado a 50 anos

EMPRÉSTIMO À HABITAÇÃO

ATRAVÉS de uma portaria conjunta do Ministro de Estado e das Finanças e do Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, o Governo aprovou a possibilidade de alargamento dos prazos do crédito à habitação bonificados até ao limite de 50 anos. Novas regras entram em vigor no dia 15 de Junho.

Esta medida, anunciada no final do Conselho de Ministros de 17 de Abril, que pretende aliviar o esforço financeiro mensal das famílias, abre a possibilidade de renegociação dos empréstimos à habitação bonificados com as instituições bancárias, e beneficiará um universo de 415 mil famílias. As poupan-



ças mensais médias poderão variar entre os 57 e os 140 euros.

Em conferência de Imprensa, o ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, sublinhou que a possibilidade agora dada para o alargamento dos prazos dos empréstimos bonificados “não implicará custos acrescidos para o Estado”.

Teixeira dos Santos frisou que a maioria das famílias

com empréstimos em regime bonificado – que foi suspenso em 2002, sendo apenas pago aos contratos feitos até essa data – têm baixos rendimentos.

Trata-se, por isso, adiantou, de “uma medida particularmente importante na conjuntura em que vivemos, com o aumento das taxas de juro a ter implicações no esforço financeiro das famílias”.

Portugal precisa de nova maioria absoluta do PS

É NECESSÁRIO, a bem do interesse nacional, que o eleito português volte a conceder ao PS, nas legislativas de 2009, uma nova maioria absoluta para governar. Esta a reflexão fulcral de Augusto Santos Silva, ministro dos Assuntos Parlamentares, na intervenção que proferiu numa iniciativa promovida pela Federação de Setúbal em que fundamentou a referida necessidade com o balanço positivo da acção governativa e também com a ausência de projecto dos partidos da oposição.

O dirigente socialista falava em Alcácer do Sal, onde participou na cerimónia de tomada de posse dos camaradas eleitos para a respectiva Comissão Política, no sufrágio interno do passado dia 8 de Março.

Na ocasião, Augusto Santos Silva fez uma intervenção voltada para o futuro e centrada no interesse de Portugal e dos portugueses, analisando o que a oposição à direita e à esquerda do PS têm para oferecer ao país.

Relativamente à esquerda, referiu que as bandeiras levantadas pelo BE foi o Partido Socialista que as dirigiu, dando resposta aos ensejos do povo no que diz respeito, por exemplo, ao problema do referendo à descriminalização da IVG, à Lei da Paridade e ao quadro normativo sobre o divórcio.

Quanto ao PCP, Santos Silva disse que as ideias que esta força política tem sustentado não traduzem uma evolução nem uma adaptação à nova realidade, frisando que o PS empreendeu as reformas estruturais que eram vitais para a modernização e para o crescimento sustentável do país correspondentes às legítimas expectativas das pessoas.

“Resolvemos o problema do défice excessivo e encetámos reformas profundas numa conjuntura internacional particularmente difícil”, lembrou o camarada Augusto Santos Silva, para quem à direita



não há alternativa, com o PSD mergulhado numa luta intestina e sem proposta credível.

PS firme na qualificação da Educação

Entretanto, a Federação presidida pelo camarada Vítor Ramalho organizou e promoveu, desta feita em Setúbal, outra sessão de esclarecimento que contou com a participação do secretário de Estado da Educação, Jorge Pedreira, e de militantes que são também docentes dos vários graus de ensino em todo o distrito sadino.

Nesta iniciativa marcada por animado debate que se prolongou até de madrugada, o governante balizou as preocupações do PS neste sector e que passam, essencialmente, pela melhoria do sistema

de ensino no seu conjunto.

Pedreira falou também nos progressos alcançados pela gestão socialista da Educação, citando medidas como a Escola a Tempo Inteiro, o alargamento do Inglês ao 1º ciclo, a melhoria na acção social escolar, entre outras, para evidenciar de seguida o papel crucial que assume a avaliação do corpo docente no desígnio da qualificação do ensino em Portugal.

Neste ponto, o secretário de Estado afirmou que o Ministério da Educação sempre quis manter um diálogo com os professores e os sindicatos que os representam, vincando igualmente que o acordo alcançado recentemente entre as partes “em nada afecta o projecto reformista do Governo”, uma vez que passa pela realização da avaliação de professores. **M.R.**

OPINIÃO



MIGUEL FREITAS
Presidente do PS Algarve
Coordenador de Agricultura
na REPER Portugal junto
da UE

O aumento na utilização dos cereais a nível mundial, desde 2000, foi de 5% para consumo humano, 8% para alimentação animal e 35% para biocombustíveis

A QUESTÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR NA ORDEM DO DIA

A QUESTÃO da segurança alimentar voltou à actualidade política, com a fulgurante subida dos preços dos cereais e o impacto nos mercados dos produtos alimentares, o agravamento da situação alimentar mundial e a crescente tensão social em muitos dos países em desenvolvimento.

Durante duas décadas os alimentos contribuíram de forma decisiva para manter a inflação controlada, entre 2 e 4%, já que os preços ao consumidor se situaram sempre abaixo da inflação. Nesse período, o trigo e o milho perderam mais de 50% do seu valor.

Nestes dois últimos anos, os preços do milho e do trigo mais que duplicaram e o arroz subiu 30%. Essa subida tem vindo a reflectir-se no aumento do custo dos alimentos, que pode este ano atingir os 4.5%, valor mais alto desde o início dos anos 70.

Redução da produção (-2.1%) e dos stocks a nível mundial (-15%) e, particularmente, nos principais países exportadores (-6.9% e -52%, respectivamente), aumento dos custos dos combustíveis e energéticos, com reflexos em toda a cadeia de transportes, sobre os fertilizantes, pesticidas e outros inputs agrícolas, com o conseqüente aumento dos custos de produção, contribuíram do lado da oferta para a subida dos preços.

Do outro lado, cresce o consumo alimentar, resultado da melhoria de rendimentos em diferentes zonas do globo (Ásia e África aumentaram 9% e 6%, anualmente, entre 2004 e 2006) e altera-se a estrutura da procura nos países emergentes, em particular na China e na Índia (onde cresce o consumo de carne), a requerer uma maior utilização de cereais para produção animal. O aumento na utilização dos cereais a nível mundial, desde 2000, foi de 5% para consumo humano, 8% para alimentação animal e 35% para biocombustíveis.

A utilização de matérias-primas agrícolas para fins energéticos, de forma directa ou indirecta, agravou a pressão sobre os preços dos bens alimentares. A UE triplicou o uso de cereais para biocombustíveis nos últimos dois anos, mas tal representa apenas 1% da produção. No caso do programa norte-americano, é mais sensível o impacto no mercado, já que cerca de 50% da produção de milho foi desviado para bietanol.

Para tornar a situação pior, alguns dos maiores produtores de cereais introduziram quotas de exportação (Índia, China, Rússia, Egipto, Casaquistão, Argentina, Malásia e Paquistão) e alguns grandes importadores, em pânico, compraram mais. Dos 58 países analisados pelo Banco Mundial, 48 impuseram ou controlos de preços, ou subsídios aos consumidores, ou restrições às exportações ou baixaram as tarifas.

Para além disso, os cereais tornaram-se um mercado atractivo para fundos de investimento. Nos últimos seis meses, os futuros das matérias-primas agrícolas, sobretudo trigo e milho, têm tido fortes subidas (50% e 40% de crescimento, respectivamente), batendo sucessivos recordes.

Do que fica dito, percebe-se porque está o mercado de cereais em ebulição. Se tudo correr bem, os agricultores vão responder à alta dos preços produzindo mais e um novo equilíbrio vai ser estabelecido. Num curto espaço de tempo a produção voltará de novo a ser suficiente e os stocks serão repostos nos principais países exportadores. Mas a era da alimentação barata acabou. Entrámos num novo ciclo, a justificar novas escolhas no domínio das políticas agrícolas e energéticas, de apoio ao desenvolvimento (para cumprir os objectivos do Milénio da ONU até 2015) e no comércio mundial (para que seja mais justo e equilibrado). E a questão da segurança alimentar mundial está na ordem do dia.

Seminário Internacional

Setúbal • 9 de Maio de 2008

Novotel Setúbal, Monte Belo (EN 10)

REGIÕES NA EUROPA

Regionalização e Descentralização em Portugal

FRIEDRICH EBERT STIFTUNG
FUNDAÇÃO FRIEDRICH EBERT

Inscrição Tel: 21 357 33 75 Fax: 21 357 34 22 E-mail: info@feslisbon.org

A entrada é livre O Seminário decorrerá em inglês e português, havendo tradução simultânea.



“Combater a desertificação

NORBERTO PATINHO, PRESIDENTE DA CÂMARA DE PORTEL

Dotar o concelho com bons níveis de qualidade de vida e criar condições para a fixação da população, em especial dos mais jovens, têm sido as principais prioridades do presidente da Câmara Municipal de Portel. Em entrevista ao “Acção Socialista”, Norberto Patinho defende que os projectos turísticos que surgirem na envolvente da albufeira de Alqueva devem ser de “grande qualidade e sustentáveis” e considera que desde 1995, com os governos do PS, o Alentejo tem sido alvo de “uma atenção e apoios excepcionais”.

J.C. CASTELO BRANCO

Quais as principais marcas que tem deixado a sua liderança da Câmara?

A minha grande prioridade tem sido a de dotar o concelho de Portel com bons níveis de qualidade de vida e no âmbito das competências municipais criar condições para a fixação dos portelenses, tudo fazendo para combater a preocupante desertificação.

A requalificação total do parque escolar, uma rede de bibliotecas escolares em todas as freguesias, cobertura total com pré-escolar e apoio a todos os estudantes do ensino universitário, cinco novos centros comunitários e uma cobertura de todas freguesias com centro de dia e apoio domiciliário, cartão do idoso, requalificação urbana, novas zonas verdes por todo o concelho, beneficiação de todas as acessibilidades de responsabilidade municipal, novos postos médicos, infra-estruturas desportivas em todas as freguesias, novos loteamentos habitacionais para jovens casais, o auditório municipal, um apoio decisivo ao associativismo com a construção de diversas sedes sociais e outras infra-estruturas, são marcas que tendo claros efeitos no presente, são determinantes para um futuro melhor no concelho de Portel.

Que projectos mais emblemáticos estão programados até ao final do mandato?

O novo Centro Escolar de Portel (1º ciclo e jardim-de-infância), a nova Biblioteca Municipal, o Centro Social de Monte do Trigo com respostas ao nível de lar, centro de dia e creche e a estrada municipal Portel/Amieira são obras emblemáticas a concluir neste mandato, pois permitem fechar o plano de infra-estruturas em áreas prioritárias como a educação, a solidariedade social e as acessibilidades.

De que forma o município está a potenciar a riqueza do concelho ao nível da sua paisagem natural, do seu património histórico e cultural e da sua gastronomia

para atrair mais visitantes?

Consciente que o desenvolvimento do concelho está claramente associado à nova realidade proporcionada pela Barragem de Alqueva é fundamental uma intervenção nestas três dimensões.

Água e sol são elementos da maior importância para a afirmação de um destino turístico, mas não são exclusivos da nossa região. O pólo turístico de Alqueva tem que se afirmar pelas suas potencialidades, pelas suas especificidades, por tudo aquilo que é único nesta região.

O que nos dá uma identidade são precisamente a paisagem natural, o património e a gastronomia.

Estamos perante o maior lago artificial da Europa, mas estamos também perante o único lago com uma paisagem natural composta por sobreiros e azinheiras. Por isso, a nossa aposta na valorização do montado, por isso a Feira do Montado, uma marca desta gestão socialista.

Uma atenção especial pela nossa identidade em termos de valorização do nosso património e da nossa cultura conduziu-nos a uma decisiva intervenção na requalificação urbana das aldeias ribeirinhas e à valorização do cante alentejano, realizando anualmente o colóquio internacional “O Canto a Vozes”, o “Festival Artes da Fala” e tendo em curso um projecto de grande dimensão para salvaguarda do património oral e imaterial do Alentejo.

A gastronomia é um produto da maior importância turística e foi com o objectivo de chamar a atenção para a riqueza da gastronomia alentejana e para a sua especificidade que, em torno do seu prato mais emblemático, realizamos anualmente, com grande sucesso, o Congresso das Açordas.

Em que medida Portel, porta de acesso ao Alqueva, tem procurado beneficiar com a proximidade desta infra-estrutura para potenciar o seu desenvolvimento de forma sustentada?

Complementando a minha resposta anterior, julgo da maior



ção tem sido prioridade”



importância que os projectos turísticos a surgirem na envolvente da albufeira de Alqueva, sejam projectos de grande qualidade, projectos de turismo sustentável.

É fundamental manter a identidade genuína da nossa região e da sua qualidade patrimonial e paisagística.

Temos procurado através da nossa participação nas comissões de acompanhamento dos planos de ordenamento deste território defender este nosso ponto de vista.

Projectos como o da Amieira Marina e os seus barcos-casa são projectos que criarão postos de trabalho e que potenciarão a procura de produtos e serviços da região.

A cultura tem ocupado lugar de destaque na agenda da Câmara. Porquê esta prioridade patente em numerosas e diversas iniciativas?

Em paralelo com um investi-

“Qualidade de vida é também sinónimo de uma oferta cultural que procuramos manter entre as primeiras prioridades da autarquia”

“Dentro das competências municipais tudo tem sido feito para que no concelho surjam novos investimentos geradores de emprego e facilitadores da fixação da nossa juventude”

mento em infra-estruturas sem qualquer comparação com o passado considero da maior importância o investimento nas pessoas. O facto de se nascer ou viver no interior não deve ser uma fatalidade no que se refere ao acesso à educação, ao desporto e à cultura.

Qualidade de vida é também sinónimo de uma oferta cultural que procuramos manter entre as primeiras prioridades da autarquia.

Como é que a autarquia, no âmbito das suas competências, tem procurado travar a desertificação e fixar a população mais jovem?

Como já referi anteriormente garantindo-lhes igualdade de oportunidades no acesso à educação, à prática desportiva e ao acesso à cultura.

Todos os alunos do ensino superior são apoiados pela Câmara Municipal, a todos os alunos dos ensinos básico e secundário é garantido o transporte.

Os diversos loteamentos municipais foram objecto de regulamentos de atribuição dos lotes com preferência para os jovens e a preços simbólicos.

Dentro das competências municipais tudo tem sido feito para que no concelho surjam novos investimentos geradores de emprego e facilitadores da fixação da nossa juventude.

A Câmara tem alguns projectos em carteira que possam beneficiar dos fundos comunitários, no âmbito do QREN?

Com certeza que temos expectativas muito positivas relativamente ao aproveitamento dos fundos comunitários. Para além da continuação da requalificação urbana das diferentes freguesias, o reforço da rede de abastecimento básico e o tratamento das águas residuais (directa ou indirectamente) são investimentos fundamentais para o concelho.

O Parque de Feiras e Exposições e o projecto “Jardim do Mundo” (núcleo de arte sacra, museu sobre o território, paisagens e identidades) são projectos que pretendemos concretizar com recurso a apoio comunitário.

Como avalia a actuação do Governo no que respeita a Portel?

Faço uma avaliação muito positiva. Desde 1995, com governos do Partido Socialista, o Alentejo tem sido alvo de uma atenção e apoio excepcionais.

Apesar das dificuldades com que o país se tem vindo a confrontar investimentos fundamentais para o concelho têm sido concretizados.

São exemplos disso a construção do Palácio da Justiça, as beneficiações de todas as estradas nacionais e regionais localizadas no concelho de Portel e o recentemente inaugurado novo Quartel da GNR.

Estou certo que o mesmo irá acontecer quanto às novas instalações para o Centro de Saúde de Portel.

Qual a sua opinião sobre a Lei das Finanças Locais?

Tenho ainda algumas dúvidas quanto às consequências dos critérios de distribuição das transferências do Orçamento do Estado, nos pequenos municípios. Estou no entanto convicto que caso estes venham a ser prejudicados, o Governo introduzirá as alterações necessárias à correcção dos critérios, evitando o que seria um acentuar de um desenvolvimento desigual do país.

Certezas tenho quanto ao maior rigor e transparência da gestão autárquica, quanto a uma maior disciplina financeira e quanto a um possível reforço das competências e da autonomia do poder local.

EDITORIAL

**VITALINO CANAS**
Deputado e porta-voz do PS

O partido da Constituição

PORTUGAL conheceu já seis Constituições (1822, 1826, 1838, 1911, 1933, 1976). Até 1976, as Constituições de ruptura, as mais progressistas ou menos conservadoras (1822, 1911 e, em certa medida, 1838) tiveram invariavelmente um período de vigência reduzido que, no máximo, ultrapassou pouco mais do que uma década. Pelo contrário, as constituições que mudaram pouco para ficar quase tudo na mesma (Carta de 1826), ou assumidamente reaccionárias (Constituição de 1933) perduraram por muitas décadas.

Coloca-se pois a questão: porque é que a Constituição de 1976 destoa desse panorama? Sendo uma Constituição “ideológica”, com um “programa progressista”, à frente da sua época, em muitos aspectos preocupada com a uma regulamentação levada ao mínimo pormenor, às vezes quase excessivo, o que é que justifica que, com os 32 anos que agora completa, se aproxime a passos largos de ser a segunda Constituição mais duradoura da nossa história constitucional?

A explicação reside em dois aspectos fundamentais. Em ambos o Partido Socialista teve o papel primordial de “partido da Constituição” que se orgulha de ser.

Em primeiro lugar, a Constituição de 1976, descontados alguns exageros da sua versão inicial, exprime um programa profundamente moderno. Um programa baseado numa carta de direitos de liberdade e de direitos sociais, numa das mesclas mais completas que existem no Mundo desenvolvido,

baseado na economia de mercado, mas com uma abertura à economia social, numa simbiose sem muitos paralelos ainda hoje e baseado num reconhecimento dos princípios fundamentais do direito internacional moderno, designadamente os direitos dos povos ao desenvolvimento, à independência e à autodeterminação. Do ponto de vista institucional, a Constituição de 1976 praticamente “inventou” um novo sistema de governo, o sistema semipresidencial, que até 1976 era meramente virtual ou teórico em outros Estados. Habitados a buscar inspiração em modelos exteriores, às vezes de modo acrítico, verificámos com alguma surpresa que a Constituição de 1976 serviu de referência a muitos que nos seguiram na democracia política: desde a Constituição espanhola de 1978, até às constituições de Estados africanos de língua portuguesa da segunda vaga (a vaga da democratização, que ainda prossegue), passando por constituições das novas democracias do leste Europeu, após a queda do Muro de Berlim em 1989. E ainda hoje os defensores de reformas constitucionais em outros Estados, desde o Brasil até Itália, informam-se com interesse sobre a Constituição portuguesa.

Mas tão importante como o seu programa inicial, foi a capacidade de o actualizar, sempre no contexto do processo de auto-regeneração que a própria Constituição consagra. A Constituição foi libertada de certas amarras ideológicas exageradas, inicialmente gravadas no texto. Adaptou-se e preparou-se para a proclamação da nossa vocação europeia, sem me-

nosprezar as nossas alianças tradicionais. Acolheu com a mesma facilidade um modelo económico preparado para a globalização dos mercados e para a competição planetária.

O PS sempre esteve nesses processos de regeneração, como estará nos futuros. Um dos próximos visará, porventura, eliminar sem dramatismo alguns excessos de regulamentação de que a Constituição de 1976 ainda padece e que por vezes atrapalham a sua adesão a uma realidade que, com o seu dinamismo, insiste em fugir ao espartilho de normas e processos demasiado fechados.

Por vezes, alguns falam, com leviandade, da mudança de paradigma constitucional ou da elaboração de uma nova Constituição, rasgando a que temos. Ouvimos isso do presidente do Governo Regional da Madeira, ou do efémero líder do PSD, Luís Filipe Meneses, e de certos sectores da direita mais radical ou mais desorientada. São vozes completamente desfasadas dos reais problemas do país.

Perante isso, o PS assume-se cada vez mais como o partido da Constituição. O partido que se sente bem com esta Constituição e que com ela se confunde. O partido que para proteger o que ela tem de fundamental, é capaz de perceber quando deve promover a sua regeneração ou renovação. O partido que governa com ela, sem cair na tentação de a utilizar como alibi para a incapacidade de fazer reformas.

Porque a Constituição continua a ser a base das reformas e não um obstáculo às reformas.

O PS assume-se cada vez mais como o partido da Constituição. O partido que se sente bem com esta Constituição e que com ela se confunde

OPINIÃO

**RUI VIEIRA**
Deputado do PS

APROFUNDAR A COOPERAÇÃO MÚTUA PARA LUTAR CONTRA A POBREZA

A LUTA contra a pobreza empreendida pelos governos, organizações internacionais e organizações não governamentais, tem conhecido sucessos e insucessos, avanços e recuos.

Os progressos conseguidos até ao ano 2000 foram muito encorajadores: de 1970 até 2000 a esperança de vida nos países em desenvolvimento aumentou em mais de 20 anos (passando para 62 anos), a taxa de mortalidade infantil caiu para metade e duplicou a taxa de escolarização no ensino primário.

Estes resultados demonstram que a pobreza pode ser vencida, mas devemos ter a clara noção de que se trata de uma tarefa sempre inacabada que exige concertação de esforços à escala global e a mobilização de recursos consideráveis.

Isso mesmo foi assumido pela ONU que, através da Declaração do Milénio, adoptada em Setembro de 2000, enunciou um conjunto de objectivos de desenvolvimento para a erradicação da pobreza no mundo.

A pobreza, embora com distribuição desigual, está em todo o lado e interpela-nos no mais íntimo da nossa consciência.

Uma pessoa em cada cinco, no mundo, vive com menos de 1 dólar por dia e uma em cada sete sofre de fome crónica.

É verdade que a globalização da economia tem vindo a contribuir para a redução do número e proporção de pessoas afectadas pela pobreza extrema, mas esta redução verificou-se, com maior incidência nos países do leste asiático. Outras regiões, como a África sub-sahariana, enfrentam situações sociais muito críticas, com o aumento da pobreza, a permanência de conflitos e a larga disseminação de doenças.

Pode dizer-se que onde há pobreza extrema há violação dos direitos humanos. De facto os pobres são destituídos de tudo: educação, saúde, alimentação, alojamento, influência política, ou seja, vêem-se

completamente privados do núcleo de direitos mais substancial e básico.

De todas as carências, é a fome e a subalimentação crónica, aquela que urge resolver em primeiro lugar. Nos países em desenvolvimento calcula-se que 150 milhões de crianças sofrem hoje de subnutrição, com graves implicações de desenvolvimento mental e físico.

Este flagelo mundial só pode ser progressivamente combatido com vista à sua erradicação, através de medidas que assegurem o crescimento sustentado das economias dos países e o reforço das políticas sociais que proporcionem mais equidade na distribuição dos rendimentos, patamares que só podem ser alcançados no quadro de políticas orçamentais públicas rigorosas que favoreçam a actividade económica e induzam baixas taxas de inflação.

Como se sabe, não são políticas fáceis de aplicar mas são as únicas que garantem resultados sustentáveis.

Por outro lado, os governos devem estimular uma progressiva integração da economia dos seus países na economia mundial, atraindo e protegendo o investimento, incrementando a actividade económica privada, particularmente no que concerne às pequenas empresas. Estas devem ser aliviadas de cargas fiscais excessivas, libertas de teias burocráticas paralisantes e ver melhoradas as suas condições de acesso ao crédito.

Tudo isto, aliado a um esforço do investimento público preferencialmente direccionado para a educação e a aquisição de competências profissionais. O ensino genérico e, em primeira mão, o ensino profissional, capacita os cidadãos com os meios adequados à acção, confere-lhes dignidade e o sentimento de pertença a uma comunidade e impele-os à participação política e à cidadania.

Todos os esforços para combater à pobreza revelam-se inúteis onde a paz não está assegurada. A guerra e os conflitos locais, têm liquidado qualquer “chance”

de desenvolvimento social nas zonas afectadas e os seus efeitos atingem gravemente os pobres e, entre estes, as mulheres e as crianças, com grande violência e brutalidade.

É, principalmente, nos países em desenvolvimento que se trava a luta contra a pobreza mas esta é uma tarefa para todos os países, como se sublinha na Declaração do Milénio.

Na qualidade de doadores de ajuda, os países da OCDE decidiram em 2001 reforçar a ajuda directa aos programas locais de erradicação da pobreza, programas que se querem liderados pelos países aos quais a ajuda se dirige.

A Declaração da Reunião de Alto Nível do CAD da OCDE, de Abril de 2001, reconheceu que a redução da pobreza e das desigualdades no mundo, para além de um imperativo moral, é essencial para os seus próprios interesses, devido ao seu impacto na segurança mundial, na cooperação internacional e no desenvolvimento sustentável, bem como na preservação do ambiente.

Desde então, têm-se registado progressos na cooperação económica e nos esforços dos parceiros no sentido de melhorar a governação, favorecer o crescimento económico sustentável, reduzir as desigualdades nas quotas de comércio global e nos fluxos de investimento.

É minha convicção que a manterem-se as tendências actuais, os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (pelo menos os mais importantes) serão alcançados até 2015.

Mas para que tal se concretize é imprescindível que os países alarguem e aprofundem a cooperação mútua, intensifiquem o diálogo como aconteceu recentemente na Cimeira de Lisboa entre a África e a UE para conferir a milhões de pessoas espalhadas por todo o mundo, em todos os países, os recursos mínimos devidos a cada ser humano.

É minha convicção que a manterem-se as tendências actuais, os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (pelo menos os mais importantes) serão alcançados até 2015

Tratado de Lisboa fortalece a Europa

“O PS é o único partido que tem realizado em vários pontos do país debates sobre o Tratado de Lisboa”.

Para o primeiro-ministro, que falava no fecho da Conferência parlamentar sobre o Tratado de Lisboa, iniciativa da responsabilidade do Grupo Parlamentar do PS (GP/PS), esta realidade demonstra a “pouca ou nenhuma vontade política que os restantes partidos têm demonstrado em esclarecer os portugueses sobre uma das mais importantes reformas da União Europeia (UE)”.



RUI SOLANO DE ALMEIDA

NESTA Conferência, realizada no passado dia 16 de Abril na sala do Senado, na Assembleia da República, participaram, para além do primeiro-ministro, que encerrou os trabalhos, o líder parlamentar do PS, Alberto Martins, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Luís Amado, o ex-comissário europeu, António Vitorino, o deputado Manuel Alegre e as professoras universitárias Raquel Seruca, investigadora do Instituto de Patologia e Imunologia Molecular da Universidade do Porto e Maria Luísa Duarte, da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Para José Sócrates, o Tratado de Lisboa constitui, não só uma clara vitória do Partido Socialista, mas também da “presidência portuguesa da União Europeia, de Portugal e dos valores europeus”.

Trata-se, como sublinhou, de um enorme passo em frente na construção sustentada da Europa contribuindo para acabar com o “estado crítico” e o “impasse” em que a União Europeia (UE) estava mergulhada.

Para Sócrates, a eventual perda de peso político de Portugal na União Europeia, como consequência da aprovação do Tratado de Lisboa, não corresponde à verdade, uma vez que, como sublinhou, não se trata de perda de peso, mas antes, de uma “questão de talento para negociar”.

Para o primeiro-ministro, com a assinatura na capital portuguesa, em 13 de Dezembro passado do Tratado de Lisboa pelos 27, a Europa concretiza o que eram os sonhos dos pais fundadores nos anos 50.

“Não se trata do fim da história”, disse, “até porque deixei de acreditar há muito nos amanhã que cantam”, mas de “um marco na história” e de um “indelével padrão civilizacional”. Este tratado, não só “responde às necessidades dos povos europeus”, à sua economia e aos muitos desafios que

o “mundo nos coloca”, como deixa a “Europa mais forte”.

Se mais não fosse, disse José Sócrates, a assinatura do Tratado Lisboa justificava-se por três aspectos fundamentais, nomeadamente pelo que encerra ao nível da aprovação da Carta dos Direitos Fundamentais, que não é apenas uma novidade mas a “concretização da luta de muitos pelos direitos políticos, sociais e económicos” e que materializa, de forma objectiva, “a nossa visão de como nos queremos organizar”.

Mas também pelos novos mecanismos políticos aprovados que tornam a gestão da UE mais eficiente, “já que uma Europa a 27 é substancialmente diferente de uma Europa a 15” e ainda pela assumpção colectiva dos novos mecanismos na gestão da política externa”, problemática disse, que muito poderá ajudar a Europa a “influenciar a ordem mundial”.

Um marco da construção europeia

O líder parlamentar socialista, Alberto Martins, que abriu os trabalhos, começou por defender o Tratado de Lisboa considerando-o “um compromisso político de alcance decisivo para os portugueses e europeus”, sublinhando que a União Europeia com este tratado “realiza-se como uma comunidade política mais social, coesa e solidária”, mas também mais “respeitadora dos direitos dos Estados-membros”.

Para Alberto Martins, o novo tratado “introduz uma reforma profunda do quadro institucional”, uma vez que o sentido das alterações acrescenta “mais democraticidade e maior transparência à vida política da União”.

Mas outras novidades são também admitidas neste tratado, lembra ainda o líder parlamentar socialista, como a introdução, “pela primeira vez”, do reconhecimento do direito de iniciativa popular, incluindo a iniciativa

legislativa, junto da Comissão Europeia, “valorizando o estabelecimento do diálogo social a nível comunitário e articulando instituições europeias e parceiros sociais na conferência tripartida”.

Com efeito, defendeu Aberto Martins, a liberdade não é dissociável das condições do seu exercício, donde o princípio da coesão económica, social e territorial, “encontra sede no tratado”, designadamente, como referiu, na “economia social de mercado, no protocolo sobre os serviços de interesse geral, na cláusula de solidariedade com Estados-membros em caso de calamidade, mas sobretudo na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia e na adesão à Convenção Europeia dos Direitos Humanos”.

Na opinião de Alberto Martins, o tratado oferece um novo quadro institucional a partir do qual se poderá, com vantagem desenvolver aquele que é “para nós socialistas a conceito estratégico de desenvolvimento da Europa Social”, já que um dos compromissos mais importantes deste tratado refere-se ao dossier da justiça social “algo que nos distingue e distingue o espaço europeu”.

Imperativo estratégico

O deputado e vice-presidente da Assembleia da República, Manuel Alegre, não deixando de encarar como absolutamente necessária a permanência de Portugal no seio da União Europeia, de modo a estar, como disse, no “centro da decisão europeia” participando de forma activa da construção da União Europeia e na definição das novas respostas colectivas aos problemas que “hoje nos são colocados”, como a globalização, as alterações climáticas, a energia e as migrações, considerou que a questão da dependência de Portugal em relação a Bruxelas pode levar o país “a perder peso na UE” ou a ficar condenado “à irrelevância institucional

devido, como sublinhou, “à alteração de equilíbrios dentro da instituição, a favor dos Estados-membros mais populosos”.

Para Alegre, Portugal, com o Tratado de Lisboa, “volta a perder peso”, apesar de se tratar, como acrescentou, “de uma perda marginal”, lembrando que a Alemanha passará a pesar 16,75 por cento do total dos 27, “o dobro dos 8,4 por cento que tinha hoje com o sistema de votos ponderados”, enquanto que Portugal, país de média dimensão, “passará de 3,74 por cento para 2,14 por cento”.

Assumindo-se “sem complexos”, como frisou, por ter uma visão “soberanista e patriótica”, rejeitou a hipótese de Portugal se deixar “condenar à irrelevância dentro da União Europeia”, dizendo acreditar antes na necessidade do país ter “voz própria na Europa e no mundo”.

No final da sua intervenção, o deputado socialista não deixou de classificar como positivos alguns aspectos do novo tratado, destacando entre eles os que conferem valor jurídico vinculativo à Carta dos Direitos Fundamentais e o reforço do papel dos parlamentos nacionais que passam a ficar associados ao controlo da boa aplicação do princípio da subsidiariedade.

A União Europeia ficou mais forte

Tanto António Vitorino como o ministro dos Negócios Estrangeiros, Luís Amado, se referiram ao Tratado de Lisboa como um passo decisivo na construção europeia.

Para o ex-comissário europeu, o novo tratado deixa sobretudo uma marca de maior profundidade na integração da UE, não deixando, por outro lado, de reforçar também o que há muito vinha a ser exigido no seio da UE quanto a novas políticas de gestão mais sustentadas e eficazes.

Decorre, disse António Vitorino,

que o Tratado de Lisboa, “encerra um vasto conjunto de políticas há muito reivindicadas pelos mais variados países”, nomeadamente no que respeita a uma maior participação de todos os Estados-membros, quer no lançamento de políticas ligadas à imigração, problemática que tem constituído, como sublinhou, uma dificuldade acrescida com toda a carga daí decorrente relacionada com a imigração clandestina e a legalização de estrangeiros, mas também encarando de frente os problemas com a segurança comum e a criminalidade organizada transnacional.

Para Vitorino, o Tratado de Lisboa consolida não só as preocupações e os interesses de todos os Estados-membros, quer em relação às questões ambientais, climáticas, energéticas, mas igualmente em domínios ligados às políticas de carácter social, razão porque considera “injustas” as críticas que menosprezam os objectivos alcançados pelo Tratado de Lisboa.

O titular da pasta dos Negócios Estrangeiros, por seu lado, recordou que o Tratado de Lisboa não impede, antes pelo contrário, que sejam os diversos Estados-membros a ter a palavra decisiva na construção da Europa, recordando que todos os ajustes são possíveis, nomeadamente “através das revisões do tratado”, sublinhando que o documento consolida o princípio fundamental de “respeito pelas constituições de cada Estado-membro”.

Depois de se referir ao “relevante” papel que desempenhará o futuro alto-representante para os Negócios Estrangeiros e Política de Segurança, com a possibilidade de “uma maior definição do papel estratégico europeu”, Luís Amado sublinhou que em relação às novas políticas comuns de Segurança e de Defesa o que está por determinar, disse, é se Portugal “quer ou não participar no pelotão da frente da Defesa e Segurança europeia, como participou no euro”.

OPINIÃO



CARLOS ZORRINHO
Coordenador nacional da Estratégia de Lisboa e do Plano Tecnológico

“TECNOBETÃO”

A PREPARAÇÃO do país para fazer face aos desafios da competitividade global não dispensa uma cuidadosa requalificação do território através de investimentos estruturantes de nova geração, como o Aeroporto de Alcochete, o Comboio de Alta Velocidade, as novas Centrais Hídricas, as Plataformas Logísticas, as Acessibilidades ou as Redes de Comunicação de alto débito.

São investimentos que mobilizam elevados recursos e têm uma importância decisiva para o crescimento e o emprego, como resulta da aplicação da rigorosa malha analítica da Comissão Europeia, que os considera elegíveis e integrantes da Estratégia de Lisboa.

Estes investimentos implicam uma combinação criativa entre processos e estruturas. Algum betão será necessário para dar corpo

“O betão não é bom ou mau por natureza. É o seu carácter instrumental que lhe dá capacidade de retorno e impulso económico e social”

às iniciativas, mas elas serão muito mais do que betão. Não é por isso correcta a análise dos que contrapõem o investimento nestas infra-estruturas aos investimentos de carácter mais intangível, designadamente àqueles que decorrem do Plano Tecnológico.

Desenvolver uma rede de com-

boio de alta velocidade ou um aeroporto internacional moderno, para escolher apenas dois exemplos emblemáticos, tem uma componente tecnológica que vai muito para além de qualquer outra e mobilizará de forma determinante as competências do país em tecnologias associadas à mobilidade.

Não nos devemos pois deixar impressionar pelos que falam dum regresso ao betão nas prioridades do Governo. O bom investimento público é fundamental para o nosso desenvolvimento. O facto dele ser concretizado no quadro do Plano Tecnológico é uma garantia acrescida da sua qualidade e da sua modernidade.

O betão não é bom ou mau por natureza. É o seu carácter instrumental que lhe dá capacidade de retorno e impulso económico e social. O betão que aí vem é uma base para projectos sustentáveis e integrados, que incluem novas tecnologias e desenvolvimento de novas competências. É tecnobetão. Constitui por isso uma boa aposta.

Tratado de Lisboa aprovado pela Assembleia da República

A Assembleia da República aprovou com os votos favoráveis do Partido Socialista, PSD e CDS/PP o Tratado de Lisboa, assinado pelos 27 países da União Europeia (UE) em Dezembro passado, no final da presidência portuguesa.

NO DEBATE da proposta de resolução do Governo para aprovação do Tratado de Lisboa, na Assembleia da República, o primeiro-ministro classificou o novo tratado europeu como uma “vitória da Europa, dos valores europeus e da abertura da Europa ao mundo” que honra, como sublinhou, “a melhor tradição europeia”.

Para José Sócrates, este tratado “que reúne um largo consenso político e social”, reflecte o verdadeiro espírito europeu, que se orgulha do seu passado e que pretende estar à altura dos novos desafios. Uma Europa, disse, que soube “superar o impasse institucional em que tinha caído” estabelecendo compromissos que lhe permite avançar agora na vinculação aos direitos humanos, à paz e ao desenvolvimento, à valorização dos direitos sociais, à preocupação com a coesão, à ênfase na dimensão social e da economia e no aprofundamento da democracia.

“Quando a Europa ganha, Portugal também ganha”, disse José Sócrates, afirmando que “esta é a minha visão dos interesses nacionais”.

Depois de recordar um conjunto de normas e de decisões estabelecida no novo tratado, com destaque especial, como frisou, para a Carta dos Direitos Fundamentais, para o reforço da cidadania europeia, para o avanço em matéria de uma nova arquitectura institucional ou para a “clara valorização do papel da Europa no mundo”, o primeiro-ministro referiu ainda outros avanços que classificou de igualmente importantes, como os referentes aos direitos, liberdades e garantias individuais, mas também, “o que é muito importante”, os direitos sociais.



A cidadania europeia, reforçou, “funda-se naquilo que foi desde sempre a nossa visão do modelo social europeu”, constituindo este ponto, “sem qualquer dúvida”, uma das maiores conquistas deste tratado.

Depois de evocar o papel de Portugal, lembrando que o Tratado de Lisboa foi concluído e assinado na presidência portuguesa, iniciativa que era “um dos nossos principais objectivos e que foi totalmente cumprido”, o primeiro-ministro enveredou por fazer uma reflexão perguntando aos deputados “os que estaríamos hoje aqui a discutir, caso não existisse o tratado?” Estaríamos, prosseguiu, certamente a “discutir temas como a crise europeia, o impasse europeu ou ainda a Europa a várias velocidades”.

Para o chefe do Governo, Portugal está “umbilicalmente ligado aos valores, ao projecto, à aventura europeia”, já que se o sistema se funda na democracia representativa, parlamentar, constitucionalmente vinculada ao conjunto de direitos civis, políticos e sociais que configuram o modelo europeu.

Um tratado que fortalece a Europa

Para o líder parlamentar socialista, Alberto Martins, com este tratado a Europa fica dotada de novos mecanismos que lhe permitirão responder melhor aos grandes desafios mundiais.

A União Europeia, disse, passará a ser uma comunidade polí-

tica mais social, coesa e solidária, mais “respeitadora dos direitos dos Estados-membros e dos cidadãos”, mas também mais capaz de intervir de forma “coerente e resoluta” na cooperação externa, na manutenção da paz e na regulação da globalização.

Depois de se referir aos mais importantes consignados no Tratado de Lisboa, que em sua opinião “introduzem uma profunda reforma no quadro institucional”, como os novos mecanismos relacionados com a segurança, com a sustentabilidade, com a “indivisibilidade dos direitos civis, políticos, económicos, sociais e culturais” ou ainda com o desafio na regulação política, Alberto Martins defendeu a ideia de que as alterações introduzidas no novo tratado europeu “vão indiscutivelmente no sentido de uma maior democraticidade, de mais responsabilidade e de uma maior transparência da vida política da União”.

Na sua intervenção, o líder parlamentar do PS referiu-se também à nova visão institucional da UE, introduzida pelo Tratado de Lisboa, que na sua perspectiva “passa a ser mais racional”, nomeadamente com o novo sistema de votação em Conselho, visando ultrapassar os bloqueios resultantes do princípio de decisão por unanimidade”, ao reforço da cooperação policial e judiciária, ao novo papel atribuído ao Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e Política de Segurança, à adopção,

no âmbito legislativo, da regra da co-decisão entre o Parlamento Europeu e o Conselho, ao novo papel reservado aos parlamentos nacionais, ou, ainda, à Carta dos Direitos Fundamentais, “como instrumento jurídico vinculativo dos valores individuais e universais da dignidade do ser humano, da liberdade, da igualdade, da solidariedade, da cidadania e da justiça”.

Crise mundial acelera processo

Já na opinião de Luís Amado, ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, a crise mundial, que já se sente em muitos países, está a obrigar os líderes europeus a terem que acelerar a aprovação do Tratado de Lisboa por via parlamentar e o “mais rapidamente possível”.

Foi, aliás, por haver já a percepção, no final da presidência portuguesa da UE, que “uma crise larvar, de contornos económicos e sociais estava a chegar”, que terá, na perspectiva de Luís Amado, apressado os países europeus a ratificarem de forma célere este Tratado europeu.

Este cenário de crise mundial, justificou, foi um dos argumentos determinantes, quer na preparação dos compromissos que levaram ao Tratado de Lisboa, “quer em relação à forma como os dirigentes políticos europeus decidiram ratificar o processo pela via parlamentar”.

Perante este quadro, sublinhou o ministro dos Negócios Estrangeiros, “seria absolutamente irresponsável” do ponto de vista político o recurso à consulta popular através de um referendo, lamentando que alguns partidos “não entendam que o mundo está a mudar rapidamente”.

Por isso, lamentou que “alguns partidos não entendam que o mundo mudou e está a mudar muito rapidamente”, acusando-os de terem um comportamento, neste como em muitos outros capítulos, “exactamente igual ao que tinham há 20 anos”. R.S.A